



Universidade Federal do Rio Grande

Instituto de Ciências Humanas e da Informação - ICHI

Curso de Biblioteconomia

GRAZIELE LOPES DE OLIVEIRA

**PARÂMETROS PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES
REGULARES INCLUSIVAS: uma proposta a partir da
análise das bibliotecas das escolas da rede municipal da
cidade do Rio Grande-RS**



Rio Grande

2012

GRAZIELE LOPES DE OLIVEIRA

**PARÂMETROS PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES
REGULARES INCLUSIVAS: uma proposta a partir da
análise das bibliotecas das escolas da rede municipal da
cidade do Rio Grande-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Renata Braz Gonçalves

Rio Grande

2012

O48m

Oliveira, Grazielle Lopes de

Parâmetros para bibliotecas regulares inclusivas : uma proposta a partir da análise das bibliotecas das escolas da rede municipal da cidade do Rio Grande-RS / Grazielle Lopes de Oliveira; orientação da Profª. Drª. Renata Braz Gonçalves. - 2013.

83 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande/RS, 2013.

1. Biblioteconomia 2. Acessibilidade 3. Inclusão social 4. Pessoa com deficiência 5. Biblioteca escolar I. Gonçalves, Renata Braz. II. Título.

CDU 027.8

GRAZIELE LOPES DE OLIVEIRA

**PARÂMETROS PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES REGULARES
INCLUSIVAS: uma proposta a partir da análise das bibliotecas
das escolas da rede municipal da cidade do Rio Grande-RS**

Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em cumprimento de exigência para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande, sob a orientação da Prof^a. Dr^a Renata Braz Gonçalves.

Rio Grande, _____ de _____ de _____

Banca Examinadora

Orientadora Prof^a. Dr^a. Renata Braz Gonçalves
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Prof^a. Me. Maria de Fátima Santos Maia
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Prof^a. Esp. Magali Martins Aquino - FURG

***Dedico ao meu filho Gabriel Dal Pizzol,
que involuntariamente me projetou para
este mundo, oportunizando-me adquirir
conhecimento.***

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho ocorreu, principalmente, pelo auxílio, compreensão e dedicação de várias pessoas. Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para conclusão deste, e de uma maneira especial agradeço:

À minha família, meu filho Gabriel, minha mãe Clair, meu pai Sérgio, pelo apoio incondicional que dedicaram a mim, cada um à sua maneira, para que esta conquista fosse possível;

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Renata Braz Gonçalves pela paciência, conselhos e orientação;

Às minhas queridas amigas Andréa Avila, Kauana Amaral e Renata Pereira pelos ótimos momentos durante estes quatro anos, que sem dúvida foram companheiras essenciais nesta trajetória;

Ao corpo docente do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande pela contribuição na minha formação acadêmica, pelos ensinamentos durante a graduação.

A todos, agradeço de coração pelo apoio
em todos os momentos.

Obrigada!

*“Curiosidade, criatividade, disciplina e especialmente paixão
são algumas exigências para o desenvolvimento de um
trabalho criterioso, baseado no confronto permanente entre o
desejo e a realidade.”*

Mirian Goldenberg

RESUMO

A partir do entendimento que as bibliotecas escolares são fundamentais no processo de aprendizagem de crianças e adolescentes, além de contribuir com o enriquecimento cultural destes, este estudo teve como objetivo averiguar as condições de acessibilidade para crianças e adolescentes com deficiência em bibliotecas da rede pública de ensino do município do Rio Grande. Fundamentado em referenciais teóricos sobre educação inclusiva, pessoas com necessidades especiais, acessibilidade, inclusão, biblioteca escolar, bibliotecário e com base na NBR 9050:2004, traçou-se um panorama da acessibilidade dessas bibliotecas. Como procedimentos metodológicos realizou-se uma análise do espaço físico e consulta a profissionais das escolas. Para coleta de dados, utilizaram-se três instrumentos: um formulário baseado na NBR 9050:2004, e dois roteiros de entrevistas aplicados à direção e responsável pela biblioteca ou bibliotecário (a). Foram visitadas dez escolas da zona urbana da cidade no período de 20/11/2012 a 15/12/2012. Como resultados, constatou-se que ainda há carência em vários pontos que permeiam a inclusão de alunos com algum tipo de deficiência nas escolas da rede pública do município, como: a falta de espaço físico; falta de algumas tecnologias assistivas; falta de materiais pedagógicos voltados a essa crianças e falta de acervo com livros em alto relevo, com sons, com textura, falados e em Braille. Concluiu-se que, embora haja um movimento em prol dos direitos de todos os alunos ao acesso à educação através de leis, decretos e normas, que incluem crianças e adolescentes com necessidades especiais nas escolas, ainda há carência em vários pontos que permeiam a inclusão de alunos com algum tipo de deficiência. Diante deste panorama, pode-se criar uma proposta de modelo de parâmetros para bibliotecas inclusivas.

Palavras-chave: Biblioteconomia. Biblioteca escolar. Acessibilidade. Inclusão social. Pessoa com deficiência.

ABSTRACT

Based on the understanding that school libraries are essential in the learning process of children and adolescents, in addition to contributing to the cultural enrichment of these, this study aimed to investigate the accessibility conditions for children and youth with disabilities in the public libraries teaching the city of Rio Grande. Based on theoretical frameworks on inclusive education, people with special needs, accessibility, inclusion, school library, librarian and based on NBR 9050:2004, drew up an overview of the accessibility of these libraries. As methodological procedures conducted an analysis of the physical space and query the professional schools. For data collection, we used three instruments: a form based on NBR 9050:2004, and two screenplays interviews applied to the direction and responsible for the library or librarian (a). We visited ten schools in the urban area during the period of 20/11/2012 to 15/12/2012. As a result, it was found that there is still lack at various points that permeate the inclusion of students with a disability in public schools in the municipality, such as the lack of space, lack of some assistive technologies, lack of teaching materials facing the children and the lack of collections with books embossed with sounds, texture, spoken and Braille. It was concluded that although there is a movement for the rights of all students access to education through laws, decrees and regulations, which include children and adolescents with special needs in schools, there is still lack at various points that permeate the inclusion of students with a disability. Given this panorama, you can create a draft model parameters for libraries inclusive.

Keywords: librarianship. School library. Accessibility. Social inclusion. Person with disabilities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipos de deficiências.....	25
Figura 2 - Mesas acessíveis.....	29
Figura 3 - Área de aproximação as mesas ou superfícies.....	30
Figura 4 - Distância entre estantes de livros.....	30
Figura 5 - Balcões de serviços.....	31
Figura 6 - Dimensões referenciais para deslocamento de pessoa em pé.....	32
Figura 7 - Largura para deslocamento de pessoas em cadeira de rodas.....	32
Figura 8 - Manobra de cadeira de rodas sem deslocamento para rotação.....	33
Figura 9 - Símbolo internacional de acesso.....	34
Figura 10 - Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual.....	35
Figura 11 - Símbolo internacional de pessoa com deficiência auditiva.....	35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Acesso e circulação nas bibliotecas: itens em conformidade.....	46
Gráfico 2 - Mobiliário das bibliotecas.....	47
Gráfico 3 - Tecnologia assistiva nas bibliotecas.....	49
Gráfico 4 - Materiais pedagógicos nas bibliotecas.....	51
Gráfico 5 - Tipo de classe.....	52
Gráfico 6 - Programas de apoio aos pais.....	53
Gráfico 7 - Frequência dos alunos com deficiência na biblioteca.....	56
Gráfico 8 - Atividades desenvolvidas.....	58
Gráfico 9 - Orientação ou apoio para as atividades.....	59
Gráfico 10 - Dificuldades para inclusão na biblioteca.....	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Programas da Secretaria da Educação.....	21
Quadro 2 - Formas de comunicação e sinalização.....	33
Quadro 3 – Materiais pedagógicos.....	39
Quadro 4 – Escolas visitadas.....	44
Quadro 5 – Programas de apoio ou orientação.....	53
Quadro 6 – Orientação e apoio de Órgãos Superiores.....	55
Quadro 7 – Demonstração da entrada da biblioteca.....	57
Quadro 8 – Acervo da biblioteca.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição conforme deficiência.....

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

BPC - Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social na Escola

CDU - Classificação Decimal Universal

CENESP- Centro Nacional de Educação Especial

CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

E.M.E.F - Escola Municipal de Ensino Fundamental

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INEP- Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

M.R – Módulo de referência

MEC - Ministério da Educação e Cultura

NBR- Norma Brasileira

P.C.R. – Pessoas em cadeira de rodas

P.M.R. – Pessoa com mobilidade reduzida

PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola

PNBE- Programa Nacional da Biblioteca Escolar

PNLD- Programa Nacional Livro Didático

SEESP- Secretaria de Educação Especial

TA- Tecnologia Assistiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
1.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	20
1.2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU NECESSIDADES ESPECIAIS.....	22
1.3 INCLUSÃO.....	26
1.4 ACESSIBILIDADE.....	28
1.4.1. ABNT NBR 9050:2004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.....	29
1.4.2 Bibliotecas e Centros de Leitura.....	29
1.4.3 Símbolo internacional de acesso.....	34
1.4.3.1 Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual (cegueira)	36
1.4.3.2 Símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva (surdez)	36
1.4.4 Acessos e circulação.....	36
1.4.4.1 Piso tátil de alerta.....	36
1.4.4.2 Piso tátil direcional.....	36
1.4.4.3 Rampas.....	37
1.4.5 Tecnologia Assistiva.....	37
1.4.6 Materiais Pedagógicos.....	38
1.5 BIBLIOTECA ESCOLAR.....	40
1.6 BIBLIOTECÁRIO.....	41
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	43
3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	46

3.1 Análise do espaço físico e critérios de acessibilidade das bibliotecas a partir da NBR 9050:2004.....	46
3.1.1 Acesso e Circulação.....	46
3.1.2 Mobiliário.....	47
3.1.3 Sinalização Comunicação Aumentativa e Alternativa.....	48
3.1.4 Tecnologia Assistiva.....	48
3.1.5 Materiais Pedagógicos.....	49
3.2 Percepção da direção sobre a acessibilidade e inclusão de crianças e adolescentes com deficiência.....	51
3.2.1 Frequência dos alunos com deficiência em classes especiais ou regulares.....	51
3.2.2 Programas de apoio ou orientação aos docentes e funcionários da escola em relação ao trato com os alunos com deficiência matriculados...	52
3.2.3 Programas de apoio ou orientação aos pais.....	53
3.2.4 Orientação para receber alunos com algum tipo de deficiência.....	54
3.3.4 Orientação e/ou apoio dos órgãos superiores.....	54
3.3.5 Dificuldades observadas para realizar a inclusão.....	56
3.4 Percepção das bibliotecárias ou responsáveis pela biblioteca.....	56
3.4.1 Frequência de alunos com deficiência na biblioteca.....	57
3.4.2 Atividades na biblioteca voltadas aos alunos com deficiência.....	58
3.4.3 Orientação e/ou apoio para realização de atividades na biblioteca...	59
3.4.4 Livros que atendem as necessidades dos alunos com deficiência no acervo	59
3.4.5 Dificuldades para realizar a inclusão na biblioteca.....	61
3.4.6 Profissional Bibliotecário.....	61

4 PROPOSTA DE MODELO DE PARÂMETROS PARA BIBLIOTECAS

ESCOLARES REGULARES INCLUSIVAS.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICE A.....	74
APÊNDICE B	76
APÊNDICE C	78
APÊNDICE D	80
ANEXO A	83

INTRODUÇÃO

A luta pela acessibilidade na educação é um movimento em prol dos direitos de todos os alunos ao acesso a educação através de leis, decretos e normas, que incluem crianças e adolescentes com necessidades especiais nas escolas. Como exemplo temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº. 9394/96) em seu Art. 4º.

Podemos perceber alguns movimentos a respeito da inclusão escolar sendo a primeira a Declaração Universal de Direitos Humanos anunciada pela ONU, em 1948, outra é a Declaração de Salamanca, obra do trabalho da UNESCO com o intuito de instituir uma diretriz comum para a inclusão das crianças com deficiência.

Estas declarações internacionais influenciam a formulação de leis e políticas de educação brasileiras inclusivas que visam à eliminação dos obstáculos pedagógicos, físicos e de comunicações, solidificando o movimento de modificação da escola.

Neste contexto a Biblioteca, como um ambiente mediador entre o aluno e a informação, que contribui na formação da comunidade escolar de modo a cooperar na ampliação do hábito de leitura e interesse pela pesquisa e colabora com o processo educacional, permite aos professores e alunos condições de acesso ao conhecimento de todas as áreas.

O conceito de biblioteca escolar necessitou superar uma visão tradicional para definir-se em termos modernos como centro ativo de aprendizagem da instituição escolar. Concebe-se a biblioteca escolar como um instrumento de inovação educacional que põe ao alcance dos alunos e professores uma variada gama de materiais educativos, facilitando uma aprendizagem dinâmica e participativa (MORO; NEVES; ESTABEL, 2007).

Partindo da questão de pesquisa a acessibilidade em bibliotecas escolares, o presente trabalho tem como objetivo geral averiguar se as bibliotecas escolares do ensino regular do município do Rio Grande – RS são acessíveis às crianças e adolescentes com deficiências sensoriais, físico-motora, mental/intelectual e múltiplas. Assim, esse objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- Averiguar se as bibliotecas escolares do ensino regular são acessíveis às crianças e adolescentes com deficiência, tendo como base a NBR 9050:2004;

- Verificar se as bibliotecas escolares do ensino regular de Rio Grande trabalham para inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência;
- Apurar se as bibliotecas possuem bibliotecários;
- Identificar quais os tipos de Tecnologias Assistivas são utilizadas na biblioteca;
- Verificar se o acervo possui livros destinados às crianças e adolescentes com deficiência;
- Elaborar uma proposta de modelo de parâmetros para bibliotecas escolares regulares inclusivas.

HIPÓTESE

As bibliotecas escolares da rede pública de ensino regular do município do Rio Grande – RS, não estão preparadas para receber crianças e adolescentes com deficiência, pois se percebe nas bibliografias consultadas, que não há uma preocupação com a inclusão na biblioteca.

JUSTIFICATIVA

Acredita-se que o governo tem investido em escolas regulares para receber crianças e adolescentes com deficiência, através de salas de recursos multifuncionais e na capacitação de professores, trabalhando deste modo para inclusão social dos mesmos.

No entanto, percebe-se que as bibliotecas ainda continuam esquecidas, sendo estas ambientes fundamentais para a continuidade do aprendizado de crianças e adolescentes.

Deste modo, os resultados desse trabalho poderão contribuir para uma maior visibilidade das bibliotecas escolares no sentido de valorização deste ambiente.

Assim, o presente trabalho tem a seguinte estrutura. No primeiro capítulo será apresentado o referencial teórico, no qual serão abordadas as temáticas: educação inclusiva; pessoas com necessidades especiais; inclusão; acessibilidade; biblioteca escolar e bibliotecário.

No segundo capítulo é evidenciado procedimentos metodológicos, no terceiro será apresentado à discussão dos resultados da pesquisa, e no quarto uma proposta de modelo de parâmetros para bibliotecas escolares inclusivas, por fim, apresentamos as considerações finais da pesquisa.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para subsidiar essa pesquisa, procurou-se abordar aspectos relacionados à educação inclusiva, os quais serão abordados a seguir.

1.1 Educação Inclusiva

Em 1973 foi criado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), responsável pela gestão da educação especial no Brasil, este órgão fortificou e estimulou atos educacionais direcionadas às pessoas com deficiência.

Porém, nessa época não se efetivou um acesso universal à educação porque não se levou em conta a necessidade de um atendimento especializado às singularidades de aprendizagem de cada aluno (BRASIL, 2007b).

Assim, a educação visando o total desenvolvimento da pessoa foi vista como um objetivo fundamental para promover o bem estar de todos somente com a Constituição Federal de 1988. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90, art. 55) surge em 1990 e estipula que "os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino".

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2007b).

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) através da Secretaria de Educação Especial (SEESP) possui vários programas e ações de inclusão e acessibilidade em escolas. Através destes são proporcionados apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para a oferta e garantia de atendimento educacional especializado, de forma a contribuir com a escolarização. Com intuito de promover a acessibilidade nos programas nacionais do livro a SEESP tem a produção de livros em Braille ou em forma digital, realizada com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Podemos visualizar os Programas da Secretaria da Educação conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Programas da Secretaria da Educação destinados à educação inclusiva

PROGRAMAS	AÇÕES
Programa Nacional Livro Didático – PNLD e Programa Nacional da Biblioteca Escolar – PNBE	assegura aos estudantes com deficiência visual matriculados em escolas públicas da educação básica, livros em formatos acessíveis.
Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	é um programa voltado para o aprimoramento da gestão escolar democrática e inclusiva buscando auxiliar a escola, através de uma ferramenta de planejamento estratégico, a identificar os seus principais desafios e, e por meio deste, desenvolve e implementar ações que aperfeiçoem os seus resultados, oferecendo ajuda técnico e financeiro.
Escola Acessível	promove condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação.
Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais	disponibiliza equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade, visando dar suporte à ampliação da oferta do atendimento educacional especializado.
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social na Escola (BPC)	é uma ação interministerial que abrange os ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, em parceria com municípios, estados e com o Distrito Federal, e tem como escopo cumprir o acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência na escola das pessoas com deficiência.
Programas de Formação Continuada de Professores na Educação Especial	promove a formação contínua de gestores e educadores das redes estaduais e municipais de ensino para que sejam capazes de proporcionar educação especial tendo como objetivo atender com qualidade e incluir nas classes comuns do ensino regular os alunos com qualquer tipo de deficiência.

FONTE: BRASIL/MEC (2012)

Podemos perceber alguns movimentos que visam à inclusão no sistema educacional, assim como a Declaração de Salamanca (1994), esta institui que as escolas do ensino regular devem educar todos os alunos, encarando a situação de exclusão escolar das crianças com deficiência, assim como outros casos que podem vir causar exclusão. Também prevê que as organizações e os governos tenham uma estrutura atuante de inclusão de pessoas com deficiência na rede de ensino regular possuindo assim medidas pró-ativas no que se refere à educação.

Neste contexto, temos o aparato da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº9.394/96) que constituiu, entre outros princípios, a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" e indicou que a

educação para "educando com deficientes" ocorra, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Assim como, o Decreto nº 3.298/99, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, e delibera a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de educação, ressaltando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Nesta perspectiva, podemos citar o Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 10.172/2001 realça que "o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana", e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que prevê a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especializado.

Em 2007, o governo publicou o Decreto nº 6.094 de 2007, que dispõem sobre a prática do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração entre os governos municipais, estaduais e federais, com o apoio das famílias e da comunidade, em programas e ações de assistência técnica e financeira, tendo em vista a mobilização social pelo avanço da qualidade do ensino regular público com o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.

1.2 Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais

Houve no Brasil um acréscimo significativo no número de estudantes da educação especial matriculados na rede pública de ensino regular, são 375.775 estudantes incluídos em classes comuns de acordo com o Censo Escolar da Educação Básica (INEP/MEC 2008), em 1998, apenas 13% dos estudantes com deficiência frequentavam estas turmas comuns, em 2008, o número de matrículas chegou a 54%, logo, percebe-se que o percentual de alunos com deficiência estudando em escolas regulares cresceu 41% em 10 anos.

Deste modo, podemos definir pessoa com deficiência aquela que apresenta necessidades peculiares e diferentes dos demais indivíduos. Neste caso os alunos com deficiências necessitam de recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. De acordo com Amiralian *et al.*

Deficiência é a perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão. (AMIRALIAN *et al*, 2000, p.98)

Deste modo, podemos conceituar algumas deficiências de acordo com o Art. 5º Decreto Federal nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que considera:

- Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

- Deficiência auditiva: perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando em grau e nível na forma seguinte:

a) de 25 a 40 db (decibéis) – surdez leve;

b) de 41 a 55 db – surdez moderada;

c) de 56 a 70 db – surdez acentuada;

d) de 71 a 90 db – surdez severa;

e) acima de 91 db – surdez profunda;

f) anacusia – perda total da audição.

- Deficiência visual: acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações.

- Deficiência múltipla: associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física), com comprometidos que acarretam conseqüências no seu desenvolvimento global e na sua capacidade adaptativa.

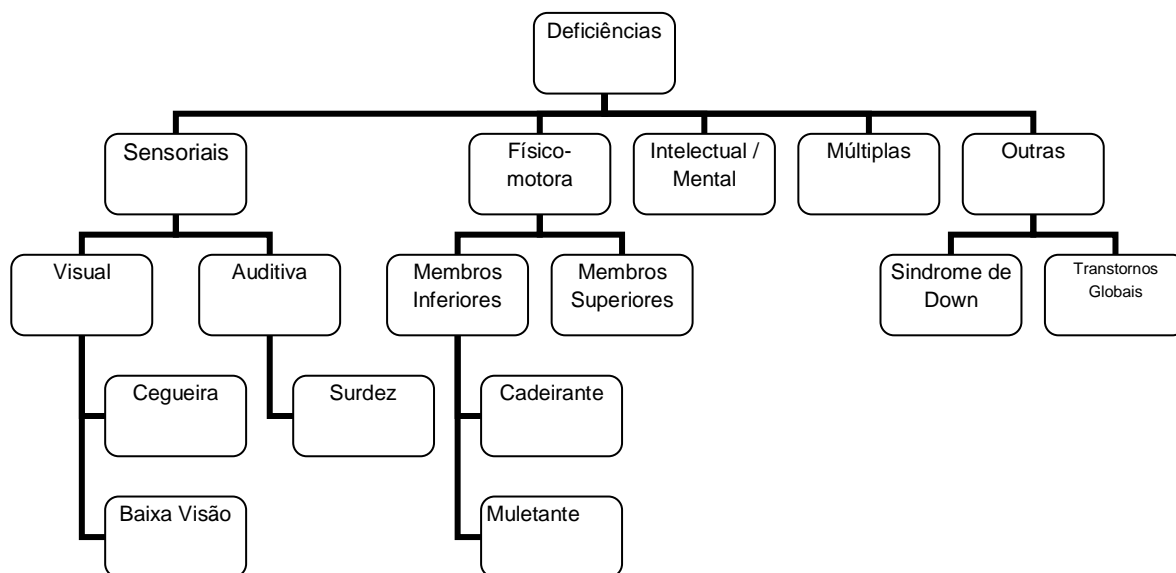
- Deficiência mental/intelectual: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer;
- h) trabalho.

Este artigo ainda regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências,

Estas deficiências são categorizadas como deficiências de cunho sensorial, físico-motora, mental/intelectual, múltiplas e outras, como podemos ver na Figura 1.

Figura 1 – Tipos de deficiências



Fonte: A Autora

Neste trabalho vamos usar as terminologias “pessoas com deficiência” ou “pessoas com necessidades especiais”, pois de acordo com a Portaria nº 2.344, que dá publicidade às alterações promovidas pela Resolução nº 1, de 15 de outubro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE, que atualiza a nomenclatura “pessoas portadoras de deficiência”, para “pessoas com deficiência”.

Neste contexto o termo pessoas com necessidades especiais, será utilizado, pois se entende que estes indivíduos só possuem tais necessidades por serem deficientes.

No Brasil, tornou-se bastante popular, acentuadamente entre 1986 e 1996, o uso do termo portador de deficiência (e suas flexões no feminino e no plural). Pessoas com deficiência vêm ponderando que elas não portam deficiência; que a deficiência que elas têm não é como coisas que às vezes portamos e às vezes não portamos (por exemplo, um documento de identidade, um guarda-chuva). O termo preferido passou a ser pessoa com deficiência. (SASSAKI, 2002, p.6)

Assim, existe uma Política de Educação especial, a qual dá prioridade no atendimento educacional especializado na rede regular de ensino. Segundo o MEC, estas crianças estão distribuídas, conforme sua deficiência, demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição conforme deficiência

Deficiência	Escolas e classes especiais	Escolas regulares classes comuns	Total
Cegueira	5.207 (56,5%)	3.999 (43,5%)	9.206
Baixa Visão	7.101 (11,7%)	53.531 (88,3%)	60.632
Deficiência Auditiva	6.825 (31,8%)	14.614 (68,2%)	21.439
Surdez	26.750 (55,7%)	21.231 (44,3%)	47.981
Surda Cegueira	536 (19,7%)	2.182 (80,3%)	2.718
Deficiência Mental	197.087 (67,7%)	94.043 (32,3%)	291.130
Deficiência Múltipla	59.208 (79,3%)	15.397 (20,7%)	74.605
Deficiência Física	13.839 (31,8%)	29.566 (68,2%)	43.405

Fonte: Censo Escolar MEC/INEP (2006)

Estima-se que o Brasil possua em torno de 3 milhões de crianças e adolescentes com deficiência com idade entre 0 e 17 anos, que representam 4,7% do total da população.

Portanto, conforme podemos observar na tabela 1 o número de pessoas incluídas indica que a educação inclusiva vem se expandindo no Brasil, no entanto, devemos ter um olhar atento para que o atendimento especializado a ser oferecido na escola tenha qualidade e métodos eficazes para o aprendizado destes indivíduos.

1.3 Inclusão

Os problemas de inclusão enfrentados pelas pessoas com deficiência nos sistemas de ensino comprovam a necessidade de se ultrapassar as práticas discriminatórias. Deste modo, o Brasil possui diretrizes de inclusão que estão presentes na Constituição Federal, nas leis estaduais e municipais, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na LDB.

Estes documentos possuem papel fundamental no direito de uma educação para todos, ou seja, incluindo crianças e adolescentes com necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino.

“A inclusão expressa uma dimensão de direitos humanos e justiça social que pressupõe o acesso pleno e a participação de todos nas diferentes esferas da estrutura social, a garantia de liberdade e de direitos iguais e o restabelecimento de equidade social” (DUTRA, GRIBOSKI, 2007, p.17 *apud* BENVENEGÚ, 2009, p. 22)

Para tanto, uma escola inclusiva deve possuir um planejamento para atender alunos com e sem deficiência, tornando o espaço físico da escola adequado para receber a todos os alunos. Assim, abordar a educação inclusiva como um meio de superar as exclusões vivenciadas por aqueles que se sentem discriminados e levar em conta que o ser humano é condicionado a um método de aprendizagem e educação que se faz necessário para a inclusão desses indivíduos na sociedade contemporânea.

No processo de inclusão de crianças com deficiência, deve-se observar e fomentar: adaptações ambientais; adaptação postural da criança na classe; a garantia do processo de ensino-aprendizagem com a confecção ou indicação de recursos como recurso alternativo para a comunicação oral e a independência nas atividades de vida diária e de vida prática com adaptações simples.

O tema inclusão fortaleceu a necessidade de a escola repensar seu papel e suas práticas, ou seja, indo rumo à construção de uma escola que receba e respeite as diferenças e que trabalhe sobre um novo ponto de vista, respeitando a singularidade do aluno.

Assim como, a família também tem um papel preponderante na questão da inclusão, que pode ser entendida como referência para as crianças, pois é ela que também pode ajudá-las a lidar e entender as questões que vão aparecendo, fruto das relações estabelecidas no social.

Portanto, devemos buscar juntos romper um molde educacional que tenha uma lógica excludente, que ignora as diferenças de seus alunos e, não prevê medidas educacionais que acabem com a exclusão.

1.4 Acessibilidade

Acessibilidade pode ser entendida como a abolição de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico aos ambientes, de equipamentos e programas adequados, assim como de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

Acessibilidade é um tema amplo que se refere aos direitos fundamentais das pessoas com e sem deficiência; referem-se a direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, que garantem acesso à educação, a saúde, a moradia, ao lazer dentre outros. (BENVEGNÚ, 2009, p. 65)

A atual Constituição Brasileira fala do tratamento social que deve ser atribuído a todas as pessoas assim como há no ordenamento jurídico Brasileiro a Lei Federal 10.098/2000, o Decreto nº5.296/2004, a NBR 9050:2004 que constituem os critérios básicos para a ascensão da acessibilidade como segurança dos direitos das pessoas com deficiência assim como para pessoas idosas, obesas, mulheres grávidas e outras. Segundo ABNT NBR 9050, a acessibilidade é definida como “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”.

Acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na cidade como no campo. (CONADE, 2012)

Nesse sentido, o direito e a liberdade humana são muitas vezes divulgados e em seguida menosprezados, acredita-se que por falta de conscientização, porém para que ocorra o desenvolvimento da cidadania se fazem necessários leis, decretos e normas para a conscientização da população e governantes visando à acessibilidade aos bens e serviços de modo a proporcionar dignidade às pessoas com necessidades especiais. A acessibilidade garante o direito de ir e vir nos lugares edificados urbanos a todas as pessoas da sociedade. Porém, é evidente que as pessoas com algum tipo de deficiência são as mais prejudicadas quando se deparam com um ambiente inadequado.

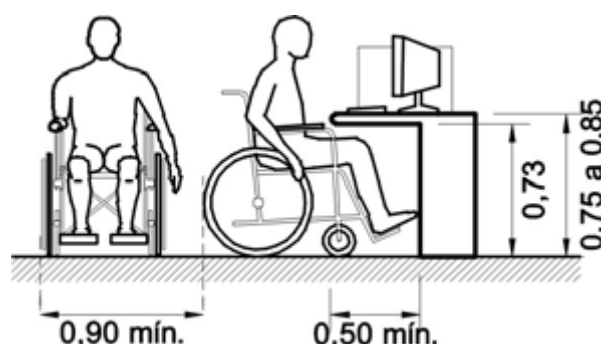
1.4.1. ABNT NBR 9050:2004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

A Norma Brasileira (NBR) 9050:2004 foi elaborada pelo Comitê Brasileiro de Acessibilidade, pela Comissão de Edificações e Meio, que tem como objetivo estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.

1.4.2 Bibliotecas e Centros de Leitura

Nas bibliotecas e centros de leitura, os locais de pesquisa, fichários, salas para estudo e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e áreas de convivência devem ser acessíveis. Pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas devem ser acessíveis, conforme Figura 2, quanto à distribuição das mesas ou superfícies devem estar localizadas junto às rotas acessíveis e, preferencialmente, distribuídas por todo o espaço, a norma ainda recomenda que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

Figura 2 – Mesas acessíveis

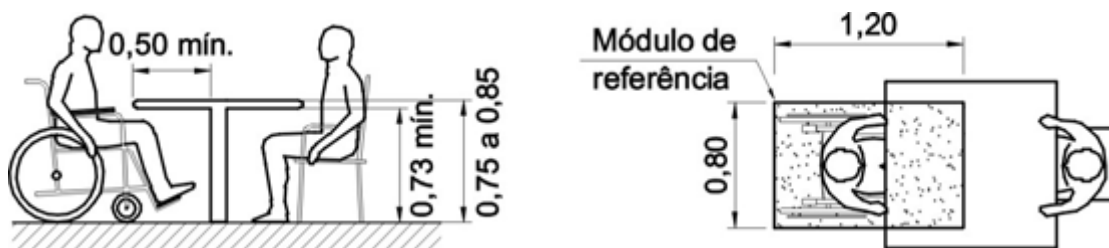


FONTE: ABNT NORMA 9050

De acordo com a ABNT NBR 9050:2004 a área de aproximação as mesas ou superfícies devem possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso. Devendo garantir um Módulo de referência (M.R.) posicionado para a aproximação frontal, possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50 m, conforme

Figura 3. E ainda, deve ser garantida uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para o acesso às mesmas.

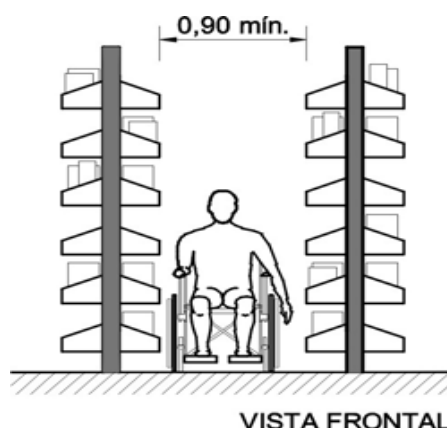
Figura 3 - Área de aproximação as mesas ou superfícies



FONTE: ABNT NORMA 9050

No que se refere à distância entre estantes de livros a ABNT NBR 9050:2004 afirma que deve ser de no mínimo 0,90 m de largura, conforme Figura 4. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se a rotação de 180°.

Figura 4 - Distância entre estantes de livros



FONTE: ABNT NORMA 9050

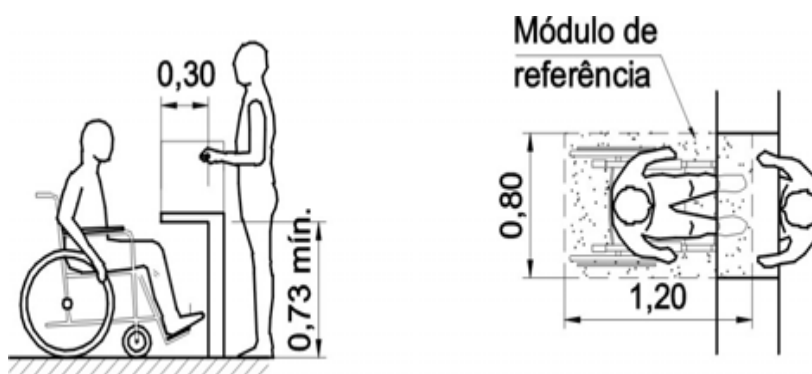
A altura dos fichários deve atender às faixas de alcance manual e parâmetros visuais. A Norma 9050 ainda recomenda que as bibliotecas possuam publicações em Braille, ou outros recursos audiovisuais, e pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet deve ser

acessível à pessoa em cadeira de rodas (P.C.R.) e pessoa com mobilidade reduzida (P.M.R.), e ainda recomenda-se que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

Os balcões de atendimento e serviços devem ser acessíveis a P.C.R., devendo estar localizados em rotas acessíveis, uma parte da superfície do balcão, com extensão de no mínimo 0,90 m, deve ter altura de no máximo 0,90m do piso.

Deve ser garantido um M.R. posicionado para a aproximação frontal ao balcão, conforme Figura 5. Quando for prevista a aproximação frontal, o balcão deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30 m. Deve ser garantido um M.R., posicionado para a aproximação frontal ao balcão, podendo avançar sob o balcão até no máximo 0,30 m, conforme a ABNT NBR 9050:2004.

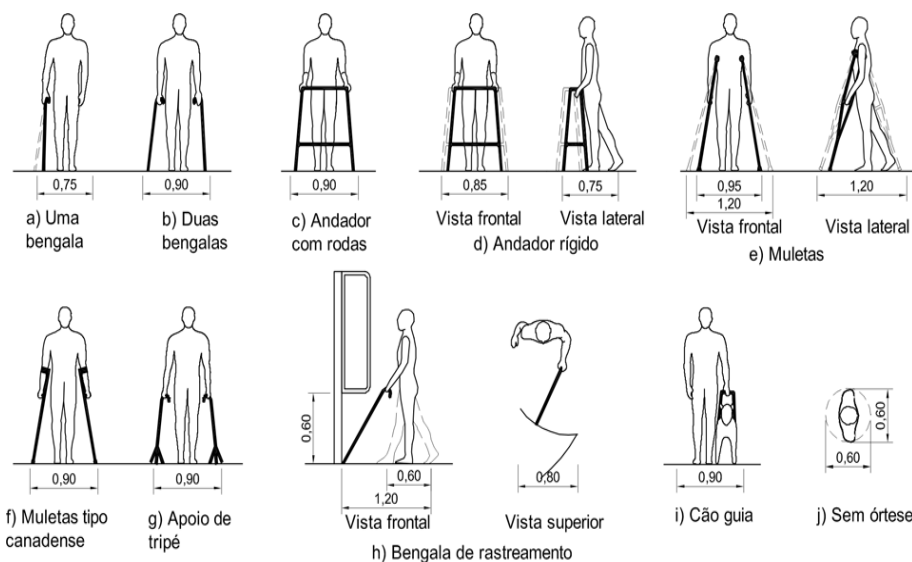
Figura 5 - Balcões de serviços



FONTE: ABNT NORMA 9050

Dimensões referenciais para deslocamento de pessoa em pé segundo a norma devem ser de acordo com a Figura 6.

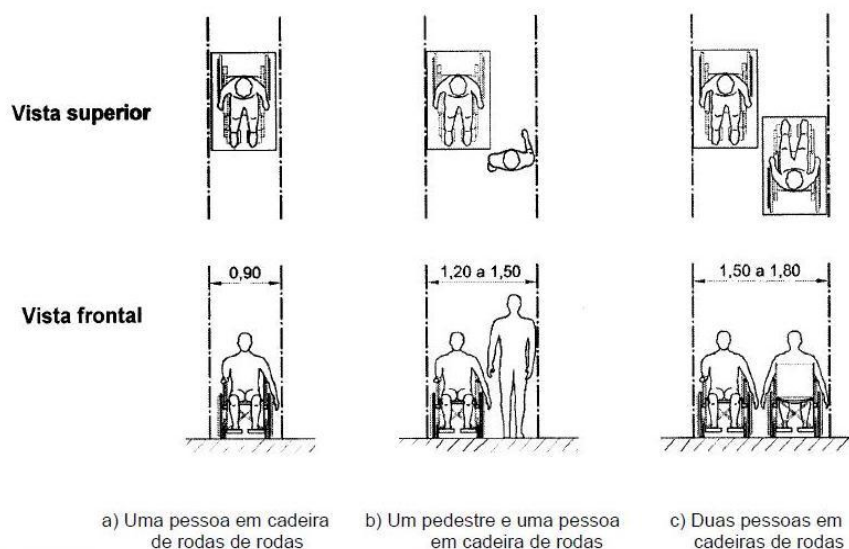
Figura 6 - Dimensões referenciais para deslocamento de pessoa em pé



FONTE: ABNT NORMA 9050

A largura para deslocamento em linha reta de pessoas em cadeira de rodas, segundo a NBR 9050 deve ser de acordo com a Figura 7.

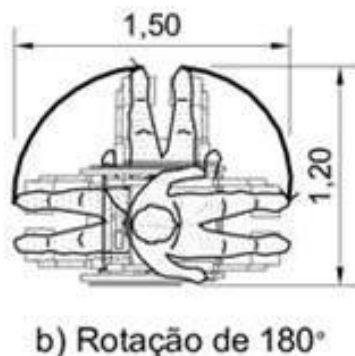
Figura 7 - Largura para deslocamento de pessoas em cadeira de rodas



FONTE: ABNT NORMA 9050

As medidas necessárias para a manobra de cadeira de rodas sem deslocamento para rotação de $180^\circ = 1,50 \text{ m} \times 1,20 \text{ m}$. Conforme a Figura 8.

Figura 8 - Manobra de cadeira de rodas sem deslocamento para rotação



FONTE: ABNT NORMA 9050

Formas de comunicação e sinalização de acordo com a ABNT NBR 9050:2004 podem ser conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Formas de comunicação e sinalização

Visual	é realizada através de textos ou figuras.
Tátil	é realizado através de caracteres em relevo, Braille ou figuras em relevo.
Sonora	é realizada através de recursos auditivos.
Sinalização Permanente	utilizada nas áreas e espaços cuja função já esteja definida, identificando os diferentes espaços ou elementos de um ambiente ou de uma edificação.
Sinalização Direcional	utilizada para indicar a direção de um percurso ou a distribuição espacial dos diferentes elementos de um edifício.
Sinalização de emergência	utilizada para indicar as rotas de fuga e saídas de emergência das edificações, dos espaços e do ambiente urbano, ou para alertar quanto a um perigo iminente.

FONTE: A AUTORA

Os símbolos são representações gráficas que, através de uma figura ou de uma forma convencionada, estabelecem a analogia entre o objeto ou a informação e sua representação. Alguns símbolos indicados pela norma

1.4.3 Símbolo internacional de acesso

Segundo a NBR 9050 a indicação de acessibilidade das edificações, do mobiliário, dos espaços e dos equipamentos urbanos deve ser feita por meio do símbolo internacional de acesso. A representação do símbolo internacional de acesso consiste em pictograma branco sobre fundo azul (referência Munsell 10B5/10 ou Pantone 2925 C). Este símbolo pode, opcionalmente, ser representado em branco e preto, a figura deve estar sempre voltada para o lado direito (Figura 9).

Figura 9 - Símbolo internacional de acesso



Fonte: ABNT NBR 9050

De acordo com a ABNT NBR 9050:2004, o símbolo internacional de acesso deve indicar a acessibilidade aos serviços e identificar espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos onde existem elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

1.4.3.1 Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual (cegueira)

A ABNT NBR 9050:2004 prevê a representação do símbolo internacional de pessoas com deficiência visual (cegueira) consiste em um pictograma branco sobre fundo azul (referência Munsell 10B5/10 ou Pantone 2925 C). Este símbolo pode opcionalmente ser representado em branco e preto, a figura deve estar sempre voltada para a direita (Figura 10).

Figura 10 - Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual



a) Branco sobre fundo azul



b) Branco sobre fundo preto



c) Preto sobre fundo branco

FONTE: ABNT NORMA 9050

1.4.3.2 Símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva (surdez)

A representação do símbolo internacional de pessoa com deficiência auditiva (surdez) consiste em pictograma branco sobre fundo azul (referência Munsell 10B 5/10 ou Pantone 2925C). Este símbolo pode opcionalmente ser representado em branco e preto. Devendo este ser utilizado em todos os locais, equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoa com deficiência auditiva (surdez) de acordo com a ABNT NBR 9050:2004 (Figura 11).

Figura 11 - Símbolo internacional de pessoa com deficiência auditiva



a) Branco sobre fundo azul



b) Branco sobre fundo preto



c) Preto sobre fundo branco

Fonte: ABNT Norma 9050

1.4.4 Acessos e circulação

A ABNT NBR 9050:2004 prevê que nas edificações e equipamentos urbanos todas as entradas devem ser acessíveis, bem como as rotas de interligação às principais funções do edifício. Na adaptação de edificações e equipamentos urbanos existentes deve ser previsto no mínimo um acesso, vinculado através de rota acessível à circulação principal e às circulações de emergência, quando existirem. Nestes casos a distância entre cada entrada acessível e as demais não pode ser superior a 50m.

Os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê). Admite-se inclinação transversal da superfície até 2% para pisos internos e 3% para pisos externos e inclinação longitudinal máxima de 5%. Inclinações superiores a 5% são consideradas rampa. Desníveis superiores a 15 mm devem ser considerados como degraus e ser sinalizados de acordo com a ABNT NBR 9050:2004. Segundo a NBR 9050, são tipos de pisos:

1.4.4.1 Piso tátil de alerta

Este piso deve ser utilizado para sinalizar situações que envolvem risco de segurança. O piso tátil de alerta deve ser cromo diferenciado ou deve estar associado à faixa de cor contrastante com o piso adjacente.

1.4.4.2 Piso tátil direcional

Este piso deve ser utilizado quando da ausência ou descontinuidade de linha-guia identificável, como guia de caminamento em ambientes internos ou externos, ou quando houver caminhos preferenciais de circulação.

1.4.4.3 Rampas

O dimensionamento das rampas deve ter inclinação entre 6,25% e 8,33% devem ser previstas áreas de descanso nos patamares, a cada 50 m de percurso

Ainda no item acesso e circulação, temos às portas, a ABNT NBR 9050:2004 indica que as estas, inclusive de elevadores, devem ter um vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m. Assim como, em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter o vão livre de 0,80 m. A Norma ainda prevê que as portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m.

No entanto, quando localizadas em rotas acessíveis, recomenda-se que as portas tenham na sua parte inferior, inclusive no batente, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m a partir do piso, de acordo com a NBR 9050.

No que se refere às portas de sanitários, a ABNT NBR 9050:2004 recomenda que estas devem ter um puxador horizontal, associado à maçaneta, deve estar localizado a uma distância de 10 cm da face onde se encontra a dobradiça e com comprimento igual à metade da largura da porta.

Quando as portas forem providas de dispositivos de acionamento pelo usuário, estes devem estar instalados à altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso acabado. Porém, quando instalados no sentido de varredura da porta, os dispositivos devem distar entre 0,80 m e 1,00 m da área de abertura.

1.4.5 Tecnologia Assistiva

Tecnologia Assistiva (TA), é uma grande aliada da acessibilidade de pessoas com deficiência, sendo esta definida por Bersch; Pelosi (2007) “uma área de conhecimento que engloba recursos e serviços com o objetivo de proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de uma pessoa com deficiência”.

A Tecnologia Assistiva está presente em ocasiões onde haja necessidade de adaptações da postura sentada, mobilidade alternativa, próteses, comunicação alternativa e ou aumentativa, adaptações de acesso ao computador, equipamentos de auxílio para visão. Com os avanços tecnológicos torna-se possível facilitar a vida

dos discentes portadores de necessidades especiais, exemplos disso são recursos como os livros digitais, os leitores de tela, teclados virtuais e simuladores diversos.

Nesse sentido, a legislação tem levado em conta esses avanços tecnológicos e garante a utilização desses recursos, através de regulamentações como o decreto nº 5296, este reafirma e define objetivamente os direitos da pessoa com deficiência em todos os ambientes da vida social, dando evidência aos espaços escolares. Como podemos ver no Capítulo VII sobre Ajudas Técnicas, o artigo 61 estabelece, "para os fins deste Decreto, consideram-se ajudas técnicas os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida".

Portanto, para garantir o acesso às informações as pessoas com necessidades especiais se faz necessária a disposição de tecnologias assistivas para o desenvolvimento pleno e eficaz da recuperação e disseminação da informação.

Deste modo, é possível perceber que a TA é qualquer objeto, hardware e software utilizado para facilitar a vida de pessoas portadoras de necessidades especiais, que se faz necessária em bibliotecas, como por exemplo, leitor de tela, teclado colméia e impressora em Braille. No APÊNDICE A, temos mais exemplos de Tecnologias Assistivas com a explicação de cada um.

1.4.6 Materiais Pedagógicos

O uso de materiais didáticos são indispensáveis para o desenvolvimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, pois através deles é possível dinamizar a prática na sala de aula, promovendo assim a compreensão dos conteúdos por estes alunos, além de tornar o aprendizado mais atraente e eficaz.

No entanto, não podemos esquecer que por mais eficiente que seja esse material, o auxílio do professor é de suma importância para que haja, então, a mediação entre conteúdos/informação e aluno.



Os recursos didáticos proporcionaram uma melhor compreensão sobre o respectivo conteúdo, tanto para alunos videntes como para alunos com deficiência, denotando um elevado índice de aceitação e de significação como instrumento facilitador (Barreto et al. APUD GUIMARÃES 2009).

A inclusão deve ser compreendida como um meio de promover a aprendizagem, procurando alternativas práticas que possibilitem aos alunos com deficiência maior independência.

Deste modo, se faz necessária a criação de estratégias de ensino que ajudam a ampliar o potencial de cada uma dessas crianças, fornecendo assim, recursos de elucidação a todos os alunos de acordo com as características sensoriais de cada um deles.

Portanto, para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças com necessidades especiais, compete ao professor proporcionar as condições para tal desenvolvimento independente de suas características e restrições. Pois, estes materiais quando bem empregados diversificam e enriquecem a prática pedagógica, instigando a criatividade. A seguir no Quadro 3, sugerem-se alguns materiais pedagógicos, que podem ser utilizados.

Quadro 3 – Materiais pedagógicos

MATERIAL PEDAGÓGICO	DEFINIÇÃO	IMAGEM
Dominó das cores	Facilita a nomeação das cores, a discriminação visual e a correspondência um a um. As peças ampliadas permitem melhor manuseio aos alunos com dificuldade de preensão. O material pode ser higienizado devido à tinta lavável.	
Jogo da memória	Auxilia o desenvolvimento da memória visual dentro de um espaço delimitado e permite trabalhar com a atenção concentrada. Quando o jogo é realizado em grupo, pode-se trabalhar com regras sociais como, por exemplo, “um aluno de cada vez”. O material simples, produz um visual estimulador e permite a higienização. A forma de cada peça possibilita ao aluno manuseá-la com pinça lateral, com pinça em dois ou mais dedos ou mesmo utilizar	

Quebra – cabeça

ambas as mãos para empurrar e virar as peças.

Auxilia na discriminação de figuras parte/todo. Foi confeccionado para um aluno com necessidade de melhorar a flexão e extensão de membros superiores. Pode ser utilizado com o aluno na postura em pé ou sentada.



Fonte: Laboratório de Educação Especial “Prof. Ernani Vidon”, Unesp.

1.5 BIBLIOTECA ESCOLAR

As Bibliotecas Escolares têm papel importante no processo de disseminação da informação e desenvolvimento do conhecimento, sendo fundamentais no processo de aprendizagem de crianças e adolescentes, além de contribuir com o enriquecimento cultural destes. Segundo a UNESCO, a Biblioteca é definida como.

"toda a coleção organizada de livros ou quaisquer outros documentos periódicos impressos, ou outros documentos, em especial gráficos e audiovisuais, assim como os serviços de pessoal que facilitem aos leitores a utilização destes documentos com fins informativos, de investigação, de educação ou recreativos" (UNESCO, 1976, p.9-10).

A Biblioteca escolar faz parte da escola tendo como finalidades promover e estimular a leitura e transformar indivíduos indiferentes em leitores assíduos, assim como dar apoio às atividades propostas na sala de aula.

São exemplos de atividades passíveis de serem promovidas pela biblioteca escolar: apoiar o Projeto Educativo e o Plano de Atividades da escola, apoiar as atividades da Área de Projeto e os Trabalhos de Projeto, realizar exposições temáticas, realizarem sessões de trabalho (nomeadamente sobre a Biblioteca), participar em trabalhos de investigação, desenvolver sessões de orientação do estudo, promover recolha de informação, promover sessões de leitura orientada, colaborar com o jornal escolar. (GRAÇA, 2005, p.170)

A pesquisa por informação é outra competência deste ambiente que deve propiciar a comunidade escolar acesso à informação independente do suporte seja ele físico ou eletrônico.

É importante que esta comunidade saiba as regras básicas de consulta, processos que os poderão conduzir a uma pesquisa mais rápida e, em consequência, a uma informação mais relevante.

As Bibliotecas têm como objetivos principais informar, divulgar conhecimentos em todos os ramos do saber, fundamentar, formar, ocupar os tempos livres. Tendo este carácter, elas vão funcionar como um meio de o indivíduo estar em contacto com o conhecimento e com o "mundo", sem que para isso tenha de fazer outras deslocações físicas – ou seja, as Bibliotecas existem para dar resposta às necessidades decorrentes da necessidade de informação e conhecimento, da formação contínua, do acesso aos saberes diversificados. (GRAÇA, 2005, p.157)

Nesta perspectiva, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) teve como parceiro o Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) da Escola de Ciência da Informação da UFMG, que se dispôs a criação de parâmetros para concepção e avaliação de bibliotecas escolares.

O método de elaboração do documento Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: Parâmetro para bibliotecas escolares (2010) teve começo com um estudo da condição das bibliotecas escolares do Brasil, sendo este, dividido em duas partes, a primeira um conjunto de indicadores e a segunda um instrumento de avaliação e planeamento, que juntos estabelecem um referencial para a qualidade das bibliotecas escolares do país, tornando se assim fundamentais para mudanças em escolas que visam à biblioteca como ambiente de aprendizagem.

Este documento prevê referências que apontam o nível básico e exemplar, a serem obtidos, dependendo das possibilidades de cada escola em investir na sua biblioteca, no entanto, estes parâmetros devem ser vistos como referenciais maleáveis.

1.6 BIBLIOTECÁRIO (A)

O profissional bibliotecário tem o papel de gestor e de educador, procurando a oferta de serviços, por meio da avaliação no uso de ferramentas de gestão, e qualidade, propiciando o acesso e a utilização da informação para todos, devendo utilizar instrumentos que possibilitem a percepção dos seus usuários quanto aos serviços recebidos.

Este profissional, quando atua em biblioteca escolar, deve levar em consideração o atendimento em serviços realizados, assim como as prioridades e necessidades dos seus usuários, ou seja, aos seus alunos, professores, funcionários e comunidade escolar.

Neste contexto, o bibliotecário, tem como competências e habilidades segundo Dziekaniak:

De realizar atividades de gestão (planejamento, organização, direção, controle avaliação, liderança) em unidades de informação, exercer atividades de consultoria e assessoria em instituições públicas e privadas, nas áreas de bibliotecas convencionais, híbridas e alternativas, centros e serviços de documentação e informação, ciências e tecnologias de informação, softwares, editoras, livrarias entre outras. (DZIEKANIAK, 2007)

No entanto, o bibliotecário é um profissional especializado na organização, disseminação e recuperação de informações registradas nos diferentes tipos de suportes manuais e automatizados, deste modo, sua função vai além do trabalho técnico de catalogar, indexar e afixar códigos e organizar acervos em bibliotecas públicas, privadas, escolares e universitárias entre outras, conforme Silva:

O profissional de hoje, depara-se com o crescimento de diversas possibilidades de mercado de trabalho. Podendo assim exercer sua profissão em: centros de informação, empresas públicas e privadas, indústrias de desenvolvimento de arquiteturas de distribuição da informação na Web, meios de comunicação, empresas de multimídia, centros de documentação audiovisual. (SILVA, 2005, p.9)

Assim, fica evidente a importância do profissional de Biblioteconomia no crescente avanço científico e tecnológico e de sua atuação em bibliotecas escolares, pois a escola e sua biblioteca escolar devem andar juntas com o intuito de formar jovens pesquisadores.

Os profissionais da educação devem participar nas atividades desenvolvidas pela biblioteca, juntamente com o profissional bibliotecário, pois esta ação conjunta propicia uma contribuição conjunta no processo de ensino na escola.

2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Esta pesquisa se caracteriza como pesquisa de campo segundo Lakatos.

é utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda de descobrir novos fenômenos ou a relação entre eles. (LAKATOS, 2010,p.169)

E possui finalidade aplicada, pois Apolinário (2006, p.70) descreve que esta “objetiva resolver um problema concreto e imediato da sociedade”, sendo do tipo descritiva exploratória, de acordo com Lakatos (2010, p.171), pois “são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para a qual são realizadas análises empíricas e teóricas”.

Sendo de natureza quali-quantitativa, de acordo com Apolinário (2006, p.59), esta “possui elementos tanto qualitativos como quantitativos, ou seja, em vez de duas categorias dicotômicas e isoladas, temos antes uma dimensão continua com duas polaridades extremas”.

A coleta de dados foi realizada através da aplicação de um formulário e um roteiro de entrevista semi-estruturada contendo seis (6) questões abertas aplicados aos diretores ou vice-diretores e bibliotecários (as) ou responsáveis pelas bibliotecas. De acordo Apolinário (2006, p.134), entrevista semi-estruturada é aquela que possui “um roteiro previamente estabelecido, mas também há um espaço para a elucidação de elementos que surgem de forma imprevista ou informações espontâneas dadas pelo entrevistado”.

Elaborou-se o formulário utilizando como parâmetro a NBR 9050:2004, a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007, que tratam do atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades especiais, na rede pública de ensino regular, assim, como algumas referências que tratem da TA e materiais pedagógicos.

A coleta de dados, que ocorreu no período de 20/11/2012 a 15/12/2012, deveria ter sido realizada em doze escolas do ensino regular da rede pública do

município do Rio Grande – RS (Quadro 4), que atendem crianças e adolescentes com necessidades especiais como na proposta inicial, no entanto, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Clemente Pinto, estava em obra no período da coleta de dados, o que impossibilitou a visita, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Roque Aíta a visita foi realizada, porém ao chegar ao local percebeu-se que não caracterizava uma biblioteca como havia sido informado anteriormente e sim um laboratório de informática, com duas estantes com livros, sem qualquer organização.

Dessa forma, as escolas visitadas estão explicitadas no quadro 4.

Quadro 4 – Escolas visitadas
Escola Municipal de Ensino Fundamental Anselmo Dias Lopes
Escola Municipal de Ensino Fundamental Admar Correa Padre Caio
Escola Municipal de Ensino Fundamental Cidade do Rio Grande
Escola Municipal de Ensino Fundamental Cipriano Porto Alegre
Escola Municipal de Ensino Fundamental Clemente Pinto
Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Roque Aíta
Escola Municipal de Ensino Fundamental França Pinto
Escola Municipal de Ensino Fundamental Frederico Ernestro Buchholz
Escola Municipal de Ensino Fundamental Navegantes
Escola Municipal de Ensino Fundamental Sant'Ana
Escola Municipal de Ensino Fundamental São João
Escola Municipal de Ensino Fundamental São Miguel

Fonte: A AUTORA

Os critérios utilizados para seleção das escolas do município de Rio Grande foram: aquelas que atendem crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência no ano letivo de 2012; e a localização destas, sendo esta definida segundo mapa do

município disponibilizado no site da prefeitura, tendo como base a distribuição das unidades de planejamento expostas no referido mapa conforme ANEXO 1, assim foram abrangidas as escolas das regiões Unidade Mista (UM) 02 até Unidade Residencial (UR) 15, ou seja, do Bairro Santa Teresa ao Bairro São Miguel.

Em um primeiro momento, foram realizados telefonemas para saber quais escolas destas regiões possuíam crianças com necessidades especiais e se a escola possuía biblioteca. Após este primeiro contato, foram selecionadas as escolas, e assim foram marcados os dias das entrevistas através de telefonemas.

Assim, os resultados da pesquisa serão apresentados neste trabalho em dois momentos: o primeiro referente aos dados coletados com formulário APÊNDICE C, e o segundo, relativo à análise das entrevistas, as quais foram utilizados dois roteiros, o primeiro para entrevista com a diretora ou vice-diretora da escola APÊNDICE D, e o segundo para entrevista com a bibliotecária ou responsável pela biblioteca APÊNDICE E, as conversas foram informais, e as perguntas e observações ocorreram durante o diálogo.

As entrevistas tiveram duração média de vinte minutos, sendo realizadas nas dependências das escolas visitadas, não sendo possíveis de serem gravadas, devido ao grande fluxo de alunos e funcionários no local, deste modo, utilizaram-se apenas anotações.

Para a análise dos dados coletados, foram utilizados alguns instrumentos propostos pela análise conteúdo proposta por Bardin.

Visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares, ou seja, a análise de conteúdo compõe uma metodologia de pesquisa utilizada para descrever e interpretar o conteúdo um documento, essa análise, ajuda a reinterpretar as mensagens e a alcançar uma compreensão de seus significados. (BARDIN, 1977, pg.44)

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Análise do espaço físico e critérios de acessibilidade das bibliotecas a partir da NBR 9050:2004

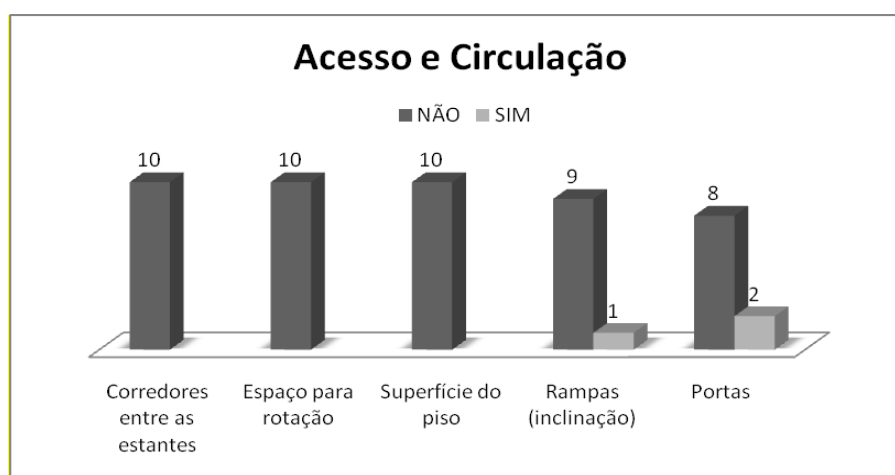
Para coleta de dados utilizou-se um formulário composto por seis tópicos que tratavam de acesso e circulação; mobiliário; sinalização; tecnologia assistiva; comunicação alternativa; e materiais pedagógicos, que se subdividiam em outros itens.

3.1.1 Acesso e Circulação

No tópico acesso e circulação, o qual tem cinco itens, o primeiro item correspondente aos corredores entre as estantes, das dez escolas visitadas nenhuma biblioteca possuía espaço adequado e padronizado entre as estantes, assim como espaço para rotação.

No terceiro item, que corresponde à superfície do piso, nenhuma das escolas atenderam aos requisitos, e no quarto item, relativo à rampa de acesso apenas uma escola possuía rampa de acesso. Em relação à porta de acesso, pode-se observar que nas dez escolas visitadas apenas duas correspondiam ao que é estabelecido na norma, ou seja, um espaço livre de 0,80m. Nas demais escolas averiguo-se que este espaço varia entre 0,73m e 0,78m.

Gráfico 1 – Acesso e circulação nas bibliotecas: itens em conformidade



Fonte: A AUTORA

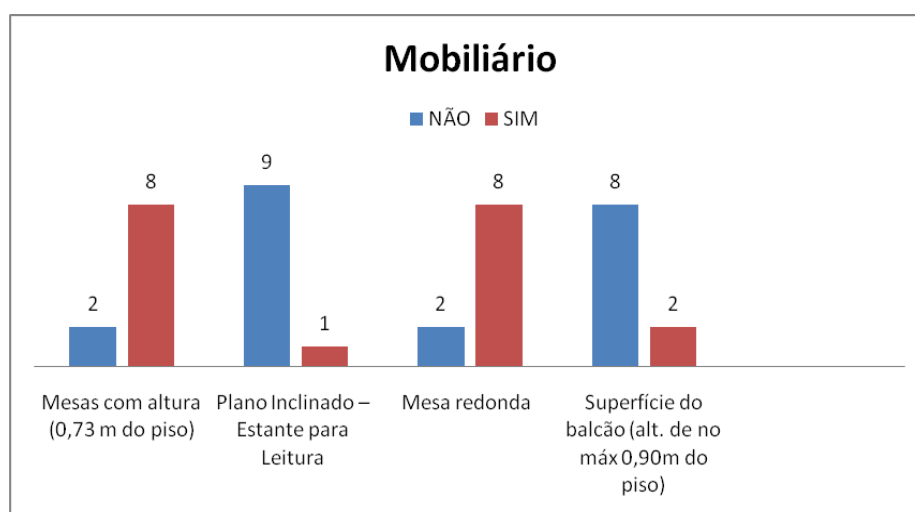
Dessa forma, é possível concluir que as bibliotecas possuem algum tipo de déficit nos tópicos apresentados acima. Como é possível observar que em relação aos corredores entre as estantes, que variam de 0,37m a 1,10m, não havendo assim, uma padronização e dessa forma não atinge a medida proposta de no mínimo 0,90m, assim como, não possui espaço para rotação 180° para cadeirante que é de 1,50m x 1,20m.

Podemos constatar no que se refere ao acesso e circulação que as portas de entrada em nove bibliotecas possuem 0,73m, no entanto vale salientar que, estas aparentam serem portas de tamanho normal 0,80m, porém o fato de possuírem grade deixa-as ainda menor, assim não atendem aos padrões propostos.

3.1.2 Mobiliário

Nos dados coletados em relação ao mobiliário, o qual são analisados cinco itens, no primeiro relativo às mesas foi possível identificar mesas redondas com altura de 0,73m, em oito das dez escolas visitadas. Porém, o segundo item que se refere ao plano inclinado de estante para leitura, foi encontrado em apenas uma biblioteca. Por fim, o último item que se refere ao balcão de atendimento, em oito das dez escolas visitadas, eram mesas com altura do piso de 0,73m, como podemos identificar no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Mobiliário das bibliotecas



Fonte: A AUTORA

Podemos observar no que tange, ao tópico mobiliário, que apenas as mesas atenderam aos parâmetros propostos, tendo estas, medidas 0,73m do piso e são redondas, deste modo, estão adequadas. Assim como se observou que nove bibliotecas não possuem balcão de atendimento, e sim mesas com altura 0,73m do piso, as quais estão de acordo com a NBR 9050:2004 que prevê que a altura do balcão de atendimento deve ser no máximo 0,90m do piso.

3.1.3 Sinalização e Comunicação Aumentativa e Alternativa

No tópico sinalização, nas dez escolas visitadas não foram encontradas sinalização visual, tátil e sonora, sendo a primeira podendo ser realizada através de textos ou figuras, a segunda realizada através de caracteres em relevo, Braille ou figuras em relevo, e a última é realizada através de recursos auditivos. Deste modo constatou-se que as bibliotecas estão fora dos padrões propostos pela norma.

O mesmo ocorreu no item comunicação aumentativa e alternativa, que poderia ser realizada através de cartões de comunicação que são símbolos gráficos representativos de mensagens, através de prancha de comunicação alfabética, esta contém letras do alfabeto e os números, e Símbolos de Comunicação Pictórica (PCS) é o *software Boardmaker* que dispõem de desenhos simples e claros, de fácil reconhecimento para comunicação.

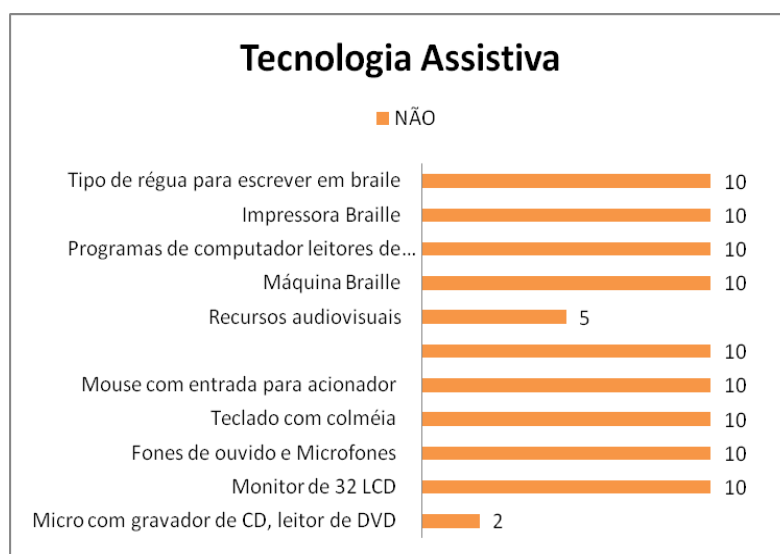
3.1.4 Tecnologias Assistivas

No tópico Tecnologias Assistivas, o qual possui onze itens, sendo eles microcomputador com gravador de CD, leitor de DVD; monitor de 32 LCD; fones de ouvido e microfones; teclado com colméia; mouse com entrada para acionador; conjunto de lupas manuais (aumento 3x, 4x e 6x); recursos audiovisuais; máquina Braille; programas de computador leitores de tela; impressora Braille e régua para escrever em braile, identificou-se alguns recursos disponíveis.

Com a aplicação dos formulários nas bibliotecas das escolas, identificou-se recursos audiovisuais (televisão e DVD) em cinco escolas, e micro computador

gravador de CD, leitor de DVD em oito, os demais itens não foram encontrados. Como podemos ver no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Tecnologia assistiva nas bibliotecas



Fonte: A AUTORA

Assim, diante dos resultados o qual demonstra que apenas dois itens desse tópico TA, estão presentes nas bibliotecas, podemos salientar que há necessidade de haver estas tecnologias em bibliotecas, para garantir o acesso de pessoas com necessidades especiais às informações e prover o desenvolvimento pleno e eficaz da recuperação e disseminação da informação. Além disso há recursos que são importantes para a utilização de todos como o computador.

No entanto, perante este desafio que é a inclusão, acreditamos que devemos considerar as tecnologias assistivas, pois estas facilitam e auxiliam no afazer pedagógico, no desenvolvimento dos processos de aprendizagem, e diminuem as diferenças nas relações educacionais e sociais.

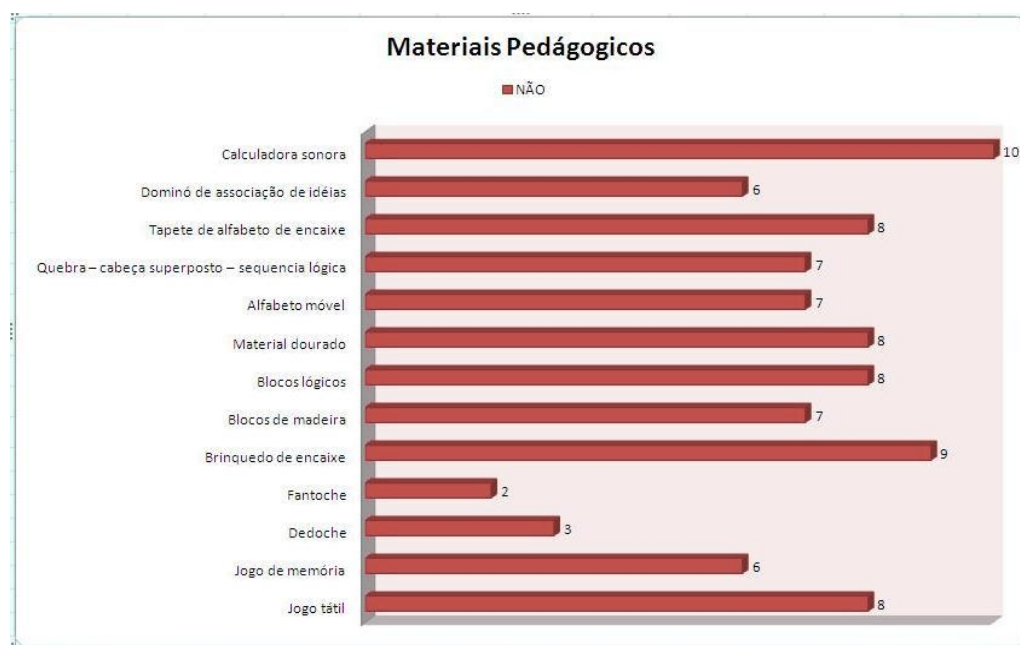
3.1.5 Materiais Pedagógicos

No tópico Materiais Pedagógicos, no qual possui treze itens analisados, pode-se averiguar nas bibliotecas visitadas que oito não possuíam jogo tátil, seis não

possuíam jogo de memória, nove não tinham brinquedo de encaixe, em sete não havia blocos de madeira, oito não continham blocos lógicos, em oito não havia material dourado, em sete não existia alfabeto móvel, sete não haviam quebra – cabeça, oito não continham tapete de alfabeto de encaixe, seis não obtém dominó e dez não possuía calculadora sonora.

Constatou-se que apenas os fantoches e os dedoches, são mais comuns de serem encontrados, como podemos observar no Gráfico 4. Das dez escolas analisadas, duas não possuíam fantoche e três não possuíam dedoches, recursos que são utilizados para fazer teatros. A existência destes materiais nas bibliotecas escolares ocorre devido à execução de atividades como teatros, sendo esta uma das atividades mais citadas.

Gráfico 4 – Materiais pedagógicos nas bibliotecas



Fonte: A AUTORA

Como percebemos a grande maioria dos materiais pedagógicos não encontra-se nas bibliotecas. Pois através das visitas às escolas, observou-se que

estes materiais estão alocados em outras salas, como as salas de recursos e salas de estudos diferenciados, onde são feitas atividades com essas crianças.

Portanto, compreende-se que a utilização de materiais pedagógicos são fundamentais para o desenvolvimento de crianças com necessidades especiais, pois através destes é possível dinamizar a prática na sala de aula, promovendo assim a compreensão dos conteúdos por estes alunos, além de tornar o aprendizado mais atraentes e eficaz.

3.2 Percepção da direção sobre a acessibilidade e inclusão de crianças e adolescentes com deficiência

Para coleta de dados nas entrevistas utilizou-se um roteiro de perguntas sendo estas seis (6) questões abertas conforme APÊNDICE C, que foram aplicadas a diretora da escola e, quando na sua ausência, aplicadas a vice-diretora.

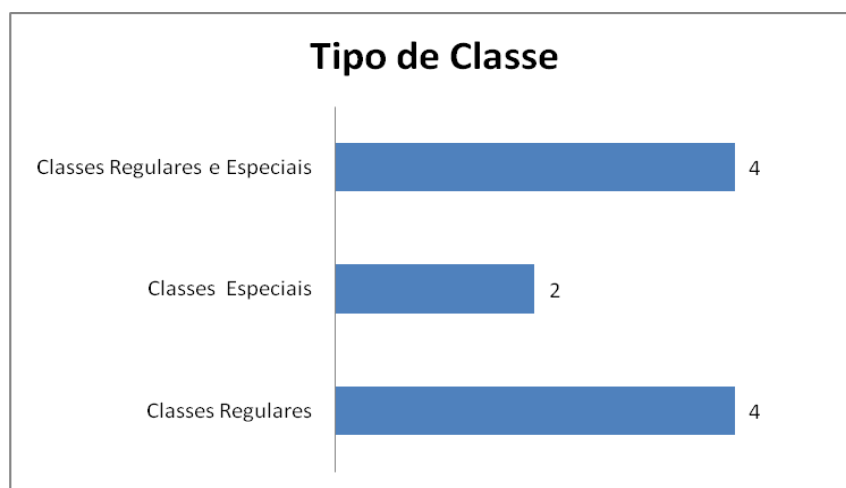
3.2.1 *Frequência dos alunos com deficiência em classes especiais ou regulares*

Quando se indagou sobre a frequência dos alunos com necessidades especiais em classes especiais ou regulares foi possível identificar uma heterogeneidade de respostas, pois como podemos observar no Gráfico 5, as crianças com deficiência estudam tanto em classes especiais como em classes regulares. Pois para remanejá-las entre as classes se faz necessário um laudo médico que demonstre sua deficiência e seu grau.

Entende-se como classe especial as salas de recursos que são compostas por pequenos grupos de alunos, que de acordo com as dificuldades apresentas por estes nas salas de aula regulares são remanejados para estas.

Por outro lado, classe de estudos diferenciados, são turmas formadas por alunos com alguma deficiência ou repetência consecutiva ou ainda dificuldades de aprendizagens que não foram sanadas no atendimento da sala de recursos. E classe regular pode ser entendida padrão, que segue regras ou normas iguais para todos.

Gráfico 5 – Tipo de classe



Fonte: A AUTORA

3.2.2 Programas de apoio ou orientação aos docentes e funcionários da escola em relação ao trato com os alunos com deficiência matriculados

Quando indagados sobre a existência de programas de apoio ou orientação aos docentes e funcionários da escola em relação ao trato com os alunos com deficiência matriculados e se houvessem quais seriam, das escolas visitadas pode-se observar que no que tange a questão de programas de apoio ou orientação aos docentes e funcionários da escola, foram citados as Salas de Recursos Multifuncionais por seis escolas das dez, cursos de capacitação ou formação oferecidos pela SMEC foi mencionado por cinco escolas, e a disponibilidade de monitores/mediadores também foi citado por três escolas.

No entanto, foi possível observar durante a visita que existe uma dificuldade para obtenção de monitores/mediadores para os alunos com deficiência, o que dificulta a inclusão destes alunos.

Dessa, forma percebe-se que o trabalho destes professores torna-se ainda mais árduo com a falta desses mediadores, pois estes deveriam oferecer apoio pedagógico às crianças incluídas com algum tipo de dependência, com o propósito de favorecer a este aluno sua inclusão, estabilidade e desempenho nos diferentes ambiente sociais. Como podemos verificar no Quadro 5.

Quadro 5 - Programas de apoio ou orientação	
Sala de Recursos Multifuncionais	6
SMEC através de Curso de Capacitação ou Formação	5
Monitores/ Mediadores	3

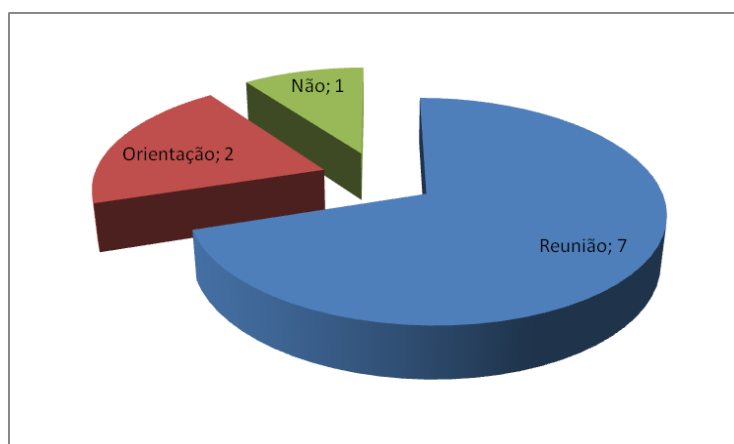
Fonte: A AUTORA

(Nesta questão foram citados mais de um apoio e ou orientação, por escola)

3.2.3 Programas de apoio ou orientação aos pais

Das dez escolas investigadas, averiguou-se que sete afirmaram fazer reunião, duas orientação e uma afirmou não ter contato algum com estes pais, no Gráfico 6, pode-se ver a distribuição das respostas obtidas

Gráfico 6 – Programas de apoio aos pais



Fonte: A AUTORA

Das escolas que possuem algum contato com os pais pode-se averiguar que a escola busca diálogo aberto com todos os pais de crianças com deficiência, uma vez que as escolas possuem sala de recursos multifuncionais e os profissionais com formação para trabalhar com estas crianças.

Assim sente-se com a missão de informar esses pais e indicar as melhores formas de lidar com essas crianças. Logo, percebe-se a importância desse elo entre escola e família, para que haja dessa forma um *feedback* da evolução e dificuldades

das crianças incluídas na escola, pois a escola não deve ser vista como a única responsável pela inclusão.

3.2.4 Orientação para receber alunos com algum tipo de deficiência

Nesta, questão ficou evidente a conscientização, das dez escolas, pois todas afirmaram que receber alunos com deficiência é lei. Observou-se, ainda, que algumas escolas possuem uma proposta de inclusão para que os alunos não sejam apenas depositados. E outras procuram na sua comunidade crianças com deficiências, e auxiliam seus pais a matriculá-las.

Portanto, fica claro a percepção das escolas sobre a inclusão amparada por lei que transcorre todos os níveis de ensino, seja na Educação Básica que engloba Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, assim como no Ensino Superior.

3.3.4 Orientação e/ou apoio dos órgãos superiores

As escolas quando questionadas sobre o recebimento de apoio e/ou orientação de órgãos superiores, citaram cinco órgãos. São eles: SMEC citada pelas dez escolas, MEC citado por uma, AMAR (Associação de pais e amigos de autistas) citado por uma escola, APAE citado por uma escola, e Escola de Educação Especial José Alvares de Azevedo. Conforme Quadro 6.

Este apoio vem através de monitores, capacitação e formação de professores, e salas de recursos, no entanto, salientam que a busca por apoio parte da escola, e reafirmam a dificuldade da obtenção de monitores permanentes nas escolas.

Quadro 6 – Orientação e apoio de Órgãos Superiores	
ÓRGÃO	ESCOLA
SMEC	10
MEC	1
AMAR	1
APAE	2
José Alvares de Azevedo	1

Fonte: A AUTORA

3.3.5 Dificuldades observadas para realizar a inclusão

Das escolas visitadas oito afirmaram que a maior dificuldade é a família, duas apontaram o espaço físico. Elas garantem que não há uma aceitação da família sobre o diagnóstico de deficiência, o que implica na questão de um atendimento especializado, pois este acompanhamento é necessário, segundo elas. Outro destaque foi o espaço físico, que segundo duas escolas, deveria ser adaptado, antes mesmo de receber crianças com necessidades especiais.

Também se evidenciou a falta de integração entre as partes envolvidas, ou seja, coordenação, escola e família, o ideal seria ter assistente social ou uma equipe, para fazer este elo, entre as partes envolvidas. Pois a escola é vista como única responsável pela inclusão, e se faz necessário uma reestruturação na questão da inclusão, com a implementação de políticas mais eficazes.

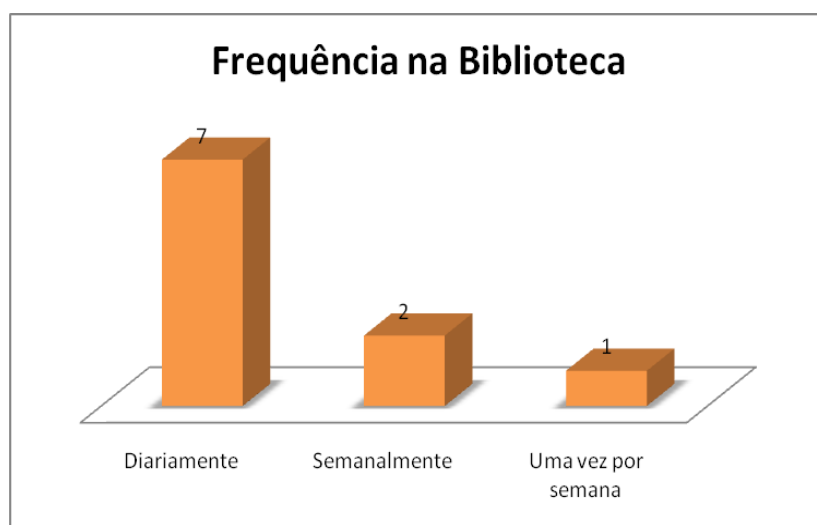
3.4 Percepção das bibliotecárias ou responsáveis pela biblioteca

Em um segundo momento foi realizada a entrevista com a bibliotecária ou responsável pela biblioteca, utilizou-se como instrumento um roteiro de entrevista semi-estruturada contendo seis perguntas.

3.4.1 Frequência de alunos com deficiência na biblioteca

Ao questionar se os alunos com deficiência freqüentavam a biblioteca, a partir da resposta das entrevistadas, foi possível constatar que das dez escolas, em sete os alunos com deficiências costumam utilizar a biblioteca diariamente, duas (semanalmente, e uma das escolas uma vez por semana. Como podemos verificar no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Frequência dos alunos com deficiência na biblioteca



Fonte: A AUTORA

Embora haja frequência dos alunos com deficiência nas bibliotecas, vale salientar que a escola que afirmou, que a frequência na biblioteca seria de uma vez por semana, esta situação deve-se ao fato de que o cadeirante não consegue entrar na biblioteca devido ao espaço restrito, como podemos observar no Quadro 7. Segundo a responsável pela biblioteca os livros são levados até este aluno.

Quadro 7 – Demonstração da entrada da biblioteca



Porta de entrada da biblioteca.

A porta possui um vão livre de 0,73m, o que não possibilita a entrada do cadeirante.



Vão de entrada na biblioteca.

Entre a estante (esquerda) e o mesa do computador (direita) existe um vão de 0,40m.



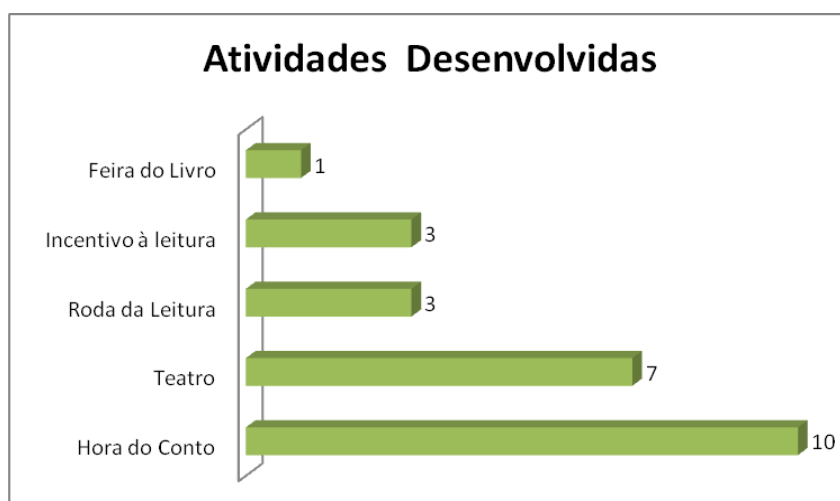
Degrau na porta de entrada da biblioteca.

A entrada da biblioteca possui um degrau, não havendo uma rampa de acesso.

3.4.2 Atividades na biblioteca voltadas aos alunos com deficiência

Quando questionadas sobre as atividades serem voltadas aos alunos com deficiência, as dez escolas afirmaram que as atividades são desenvolvidas para todos os alunos da escola. Dessa forma, perguntou-se quais as atividades eram realizadas, e como podemos averiguar no Gráfico 8, obtivemos cinco respostas, sendo elas, feira do livro, incentivo à leitura, roda da leitura, teatro e hora do conto.

Gráfico 8 – Atividades desenvolvidas



Fonte: A AUTORA

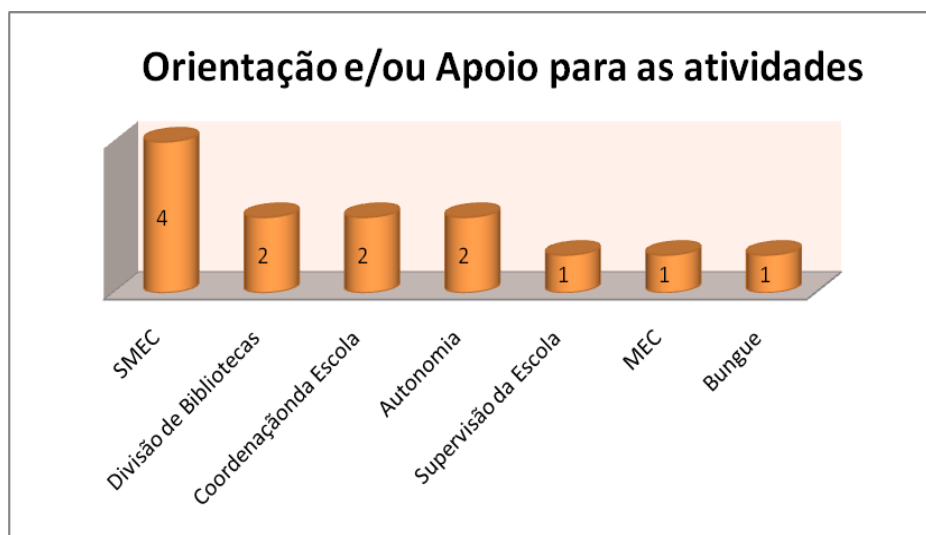
No entanto, a atividade mais executada é à hora do conto, das dez escolas visitadas todas realizam esta atividade.

Porém, observou-se que na maioria das vezes estas atividades não são executadas na biblioteca, devido ao espaço físico, que não permite a execução das mesmas. Neste tema, esbarramos na questão do espaço físico, o qual não é adequado, nem para uso da biblioteca e menos para execução de atividades, o que torna este ambiente apenas um local de passagem.

3.4.3 Orientação e/ou apoio para realização de atividades na biblioteca

As respostas para esta questão foram de maneira geral bem diversificadas, pois como podemos observar no Gráfico 9, foram citadas vários apoios, inclusive de empresa privada, e em duas escolas das dez visitas, as responsáveis pela biblioteca afirmaram ter autonomia para execução dessas atividades.

Gráfico 9 – Orientação ou apoio para as atividades



Fonte: A AUTORA

Este apoio ocorre através de reuniões, cursos, orientações, livros, e recursos físicos e materiais.

3.4.4 Livros que atendem as necessidades dos alunos com deficiência no acervo

Nesta questão, a qual as escolas são indagadas sobre o acervo da biblioteca, e se este atende às necessidades dos alunos com deficiência, podemos observar que apenas quatro das escolas visitadas possuem cinco tipos de livros diferenciados, e três não possuem nenhum tipo de livro diferenciado.

No entanto, o que pode se observar, é que as escolas que possuem livros diferenciados no acervo, os, não disponibilizam nas bibliotecas e sim nas salas de

recursos, ou então guardados em armários fechados, o que dificulta o acesso a estes materiais. Como podemos ver no Quadro 8.

Quadro 8 – Acervo da biblioteca	
RESPOSTAS	ESCOLAS
Não, estão nas Salas de Recursos	3
Braille, ampliado, textura, revelô sons	4
Braille e ampliado	1
1 Braille, 1 ampliado	1
1 falado, 1 digitalizado	1

Fonte: A AUTORA

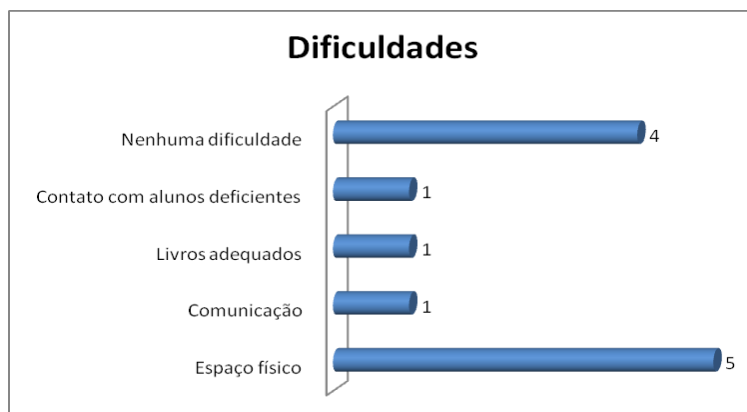
Portanto, entendemos que é fundamental a disponibilização destes materiais nas bibliotecas escolares, pois esta é a porta para os saberes diversificados, pois atualmente possuímos uma gama de livros sendo eles, em alto relevo, com sons, com textura, falados e em Braille, que contribuem com o processo de aprendizagem e a socialização destas crianças e adolescentes.

3.4.5 Dificuldades para realizar a inclusão na biblioteca

Nesta questão, podemos averiguar que das escolas entrevistadas, a metade, ou seja, cinco apontam o espaço físico como dificuldade para inclusão de todos os alunos na biblioteca. Também foram apontadas comunicação, contato com esses alunos e falta de livros adequados (Gráfico 10).

Diante do exposto vale salientar que o espaço físico da biblioteca que foi apontada pelas escolas, pois estas afirmam não ser possível executar as atividades na biblioteca, assim como a falta de recursos materiais que prejudicam a execução das atividades propostas causando assim, a falta de motivação.

Gráfico 10 – Dificuldades para inclusão na biblioteca



Fonte: A AUTORA

No entanto, podemos observar que quatro das dez escolas afirmam não possuir nenhuma dificuldade, o que conflita com as informações coletadas através do formulário, o qual deixa evidente a falta de estrutura das bibliotecas municipais.

3.4.6 Profissional Bibliotecário

A partir dos dados coletados pode-se observar que das dez escolas visitadas, apenas três possuíam bibliotecário, deste modo vale destacar a importância do profissional bibliotecário a frente de bibliotecas, pois este tem o papel de gestor e de educador, procurando a oferta de serviços, por meio da avaliação no uso de ferramentas de gestão, e qualidade, propiciando o acesso e a utilização da informação para todos.

Este profissional quando atua em biblioteca escolar deve levar em consideração às prioridades e necessidades dos seus usuários, no entanto, diante do âmbito educacional atual, voltado para a inclusão, faz-se necessário a criação e implantação de projetos direcionados a este público. Tendo em vista a crescente inclusão de crianças e adolescentes nas escolas, desta forma, se faz necessária a qualificação e adaptação de atividades desenvolvidas nas bibliotecas viabilizando o desenvolvimento do processo de aprendizagem de modo mais eficiente.

4 PROPOSTA DE ADAPTAÇÃO DOS PARÂMETROS PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES REGULARES INCLUSIVAS

Através do panorama geral obtido das bibliotecas escolares da rede pública do município do Rio Grande pode-se criar uma proposta de modelo de parâmetros para bibliotecas escolares inclusivas, visando à criação de espaços inclusivos a todas as pessoas, independente das suas características individuais.

As bibliotecas escolares têm papel importante no processo de disseminação do conhecimento, sendo fundamentais no processo de aprendizagem de crianças e adolescentes, além de contribuir com o enriquecimento cultural destes.

Este ambiente faz parte da escola tendo como finalidades promover e estimular a leitura e transformar indivíduos indiferentes em leitores assíduos, assim como dar apoio às atividades propostas na sala de aula.

A pesquisa por informação é outra competência deste local que deve propiciar a comunidade escolar acesso a informação independente do suporte seja ele físico ou eletrônico.

Nesta perspectiva, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) teve como parceiro o Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) da Escola de Ciência da Informação da UFMG, que se dispôs a criação de parâmetros para concepção e avaliação de bibliotecas escolares.

O método de elaboração do documento Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: Parâmetro para bibliotecas escolares (2010) teve começo com um estudo da condição das bibliotecas escolares do Brasil, sendo este, dividido em duas partes, a primeira um conjunto de indicadores e a segunda um instrumento de avaliação e planejamento, que juntos estabelecem um referencial para a qualidade das bibliotecas escolares do país, tornando se assim fundamentais para mudanças em escolas que visam à biblioteca como ambiente de aprendizagem. Contudo, aspectos relacionados à acessibilidade não foram contemplados.

Deste modo, elaborou-se esta proposta de modelo de parâmetros para bibliotecas escolares regulares inclusivas, de modo a contribuir com documento já existente, tendo em vista a necessidade de proporcionar ambientes acessíveis às

crianças e adolescentes com deficiência para que estes sintam-se independentes e possam explorar o universo que o rodeiam.

Portanto, o modelo de parâmetros para bibliotecas escolares regulares inclusivas que será demonstrado a seguir, irá contribuir através de sugestões para alguns dos indicadores do documento em vigor, sendo eles: espaço físico, acervo, computadores com acesso à internet, organização de acervo e serviços e atividades.

PROPOSTA DE ADAPTAÇÃO DOS PARÂMETROS PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES REGULARES INCLUSIVAS

INDICADORES DO DOCUMENTO BIBLIOTECA ESCOLAR
COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO:
PARÂMETRO PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES

SUGESTÕES PARA UM MODELO DE
PARÂMETROS PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES
REGULARES INCLUSIVAS

- ESPAÇO FÍSICO

A biblioteca escolar possui assentos para acomodar usuários que ali vão para consultar os materiais e/ou realizar atividades:

- *no nível básico:* assentos suficientes para acomodar simultaneamente uma classe inteira, além de usuários avulsos;
- *no nível exemplar:* assentos suficientes para acomodar simultaneamente uma classe inteira, usuários avulsos e grupos de alunos.

Além de ambientes para os serviços fim a biblioteca escolar conta com ambiente para serviços técnicos e administrativos:

- *no nível básico:* um balcão de atendimento, uma mesa, uma cadeira e um computador com acesso à internet, para uso exclusivo do (s) funcionário (s);
- *no nível exemplar:* um balcão de atendimento e ambiente específico para atividades técnicas, com uma mesa, uma cadeira e um computador com acesso à internet, para uso exclusivo de cada um dos funcionários.

PARA AMBOS NIVEIS SUGERE-SE:

- Haja além de assentos, mesas redondas com altura de 0,73m do piso;
- pisos com superfícies tátil de alerta ou tátil direcional.
- rampa de acesso à biblioteca;
- portas com espaço livre de no mínimo 0,80m;
- balcão com altura no máxima de 0,90m do piso; e
- plano Inclinado – estante para leitura;
- sinalização tátil, visual e sonora;
- comunicação aumentativa e alternativa, como por exemplo: cartões de comunicação, pranchas de comunicação e Símbolos de Comunicação Pictórica (PCS) – *software*;
- recursos audiovisuais são e (televisão e DVD).

- ACERVO

A biblioteca conta com acervo de livros compatível com o número de alunos:

- *no nível básico:* a partir de um título por aluno;
- *no nível exemplar:* a partir de quatro títulos por aluno, não sendo necessário mais do que cinco exemplares de cada título.

O acervo contempla a diversidade de gêneros textuais e de fontes de informação destinadas aos variados usos escolares, tais como: enciclopédias, dicionários, almanaques, atlas, etc.

Além de livros a biblioteca escolar conta com revistas e outros materiais não impressos, como: documentos sonoros, visuais e digitais.

PARA AMBOS NIVEIS SUGERE-SE:

- Haja livros em Braille, com texturas e em alto relevo;
- distância de 0,90m entre as estantes (corredores);
- espaço para rotação de 90° ou 180° para cadeirante 1,20 m x 1,50 m;
- materiais pedagógicos como: jogo interativo, jogo tátil, jogo de memória, dedoque, fantoche, brinquedo de encaixe, blocos de madeira, blocos lógicos, material dourado, alfabeto móvel, quebra – cabeça, tapete de alfabeto de encaixe, dominó de associação de idéias e calculadora sonora.

- COMPUTADORES LIGADOS À INTERNET

Computadores ligados à internet são usados na biblioteca como fonte de informação, complementando o acervo. O número de computadores é:

- *no nível básico:* pelo menos um computador ligado à internet para uso exclusivo de professores e alunos em atividades de ensino/ aprendizagem;
- *no nível exemplar:* computadores ligados à internet para uso exclusivo de professores e alunos em atividades de ensino/aprendizagem, em número suficiente para uma classe inteira.

PARA AMBOS NIVEIS SUGERE-SE:

- Haja algumas Tecnologias Assistivas como, por exemplo: microcomputador com gravador de CD, leitor de DVD, monitor de 32 LCD, fones de ouvido, microfones, teclado com colméia, mouse com entrada para acionador, programas de computador leitores de tela e editores de texto e impressora Braille.

- ORGANIZAÇÃO DO ACERVO

O acervo é organizado para permitir que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez:

- *no nível básico:* o catálogo da biblioteca inclui pelo menos os livros do acervo, permitindo recuperação por autor, título e assunto;
- *no nível exemplar:* o catálogo da biblioteca é informatizado e possibilita o acesso remoto a todos os itens do acervo; permite – além de recuperação por autor, título e assunto – recuperação por outros pontos de acesso.

PARA AMBOS NIVEIS SUGERE-SE:

- Haja algumas Tecnologias Assistivas como programas de computador leitores de tela.

Exemplos:

- Jaws, VirtualVision e DosVox: é um programa que, interagindo com Sistema Operacional do computador, captura toda e qualquer informação apresentada na forma de texto e a transforma em uma resposta falada, utilizando um sintetizador de voz.
- Motrix: é um software de reconhecimento de voz que foi desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ.

- SERVIÇOS E ATIVIDADES

A biblioteca oferece serviços regularmente:

- *no nível básico:* consulta no local, empréstimo domiciliar, atividades de incentivo à leitura e orientação à pesquisa;
- *no nível exemplar:* consulta no local, empréstimo domiciliar, atividades de incentivo à leitura e orientação à pesquisa, além de serviço de divulgação de novas aquisições, exposições e serviços específicos para os professores, tais como levantamento bibliográfico e boletim de alerta.

PARA AMBOS NIVEIS SUGERE-SE:

- Haja atividades de incentivo à leitura voltada às crianças e adolescentes com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral averiguar a acessibilidade em bibliotecas escolares, pois se entende que estas têm papel importante no processo de disseminação do conhecimento, sendo fundamentais no processo de aprendizagem de crianças e adolescentes, além de contribuir com o enriquecimento cultural destes. Os instrumentos de coleta se mostraram úteis no reconhecimento da complexidade das relações entre as pessoas e seus ambientes, deste modo, a utilização destas ferramentas se mostrou fundamental para identificar os problemas, e deste modo atingir os objetivos propostos.

Através do panorama geral obtido das bibliotecas escolares da rede pública do município do Rio Grande pode-se criar uma proposta de modelo de parâmetros para bibliotecas escolares inclusivas, visando a criação de espaços inclusivos a todas as pessoas, independente das suas características individuais.

Compreendemos, no entanto, que existem barreiras que contribuem para que o processo de inclusão não esteja funcionando completamente, por causa das fragilidades encontradas, ou seja, acredita-se ser necessário fornecer mais informação sobre a inclusão no ambiente escolar, de modo a incluir todos neste processo.

A partir da análise e avaliação dos resultados pode-se observar que embora haja um movimento em prol dos direitos de todos os alunos ao acesso à educação através de leis, decretos e normas, que incluem crianças e adolescentes com necessidades especiais nas escolas, ainda há carência em vários pontos que permeiam a inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas da rede pública do município.

Nesta perspectiva, entende-se que a biblioteca escolar tem como finalidades promover e estimular a leitura e transformar indivíduos indiferentes em leitores assíduos, assim como dar apoio às atividades propostas na sala de aula, nessa fase, o lúdico, o acesso às diferentes formas de comunicação, as diferentes formas e meios de estímulos nos aspectos físicos e emocionais, e o convívio com as diferenças, viabilizam as relações interpessoais, propiciando assim a valorização e o respeito estes indivíduos.

Por estes motivos, se faz necessário proporcionar ambientes acessíveis a estas crianças e adolescentes para que eles sintam-se independentes e possam explorar o universo que o rodeiam. Neste contexto, o atendimento educacional para alunos com deficiência, deve ter como incumbência identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade física que extingam os obstáculos para a participação integral dos alunos, levando-se em consideração as necessidades específicas de cada um.

Deste modo, é necessário que o professor tenha clara a necessidade de seu aluno e assim possa estipular estratégias de ensino, assim como definir os materiais que irão facilitar o desenvolvimento integral do seu aluno. Averiguou-se que o tema inclusão fortaleceu a necessidade da escola repensar seu papel e suas práticas, ou seja, indo rumo à construção de uma escola que receba e respeite as diferenças e que trabalhe sobre um novo ponto de vista, respeitando a singularidade do aluno.

Pode-se perceber que as escolas recebem crianças e adolescentes com diversos tipos de deficiência, porém os que mais se destacam são aqueles com deficiência intelectual, e que muitas vezes negligenciados pelas famílias que não aceitam o laudo, criando assim uma dificuldades no processo de inclusão destes.

A família tem um papel preponderante na questão da inclusão, pois esta pode ser entendida como referência para as crianças e adolescentes, pois é ela que pode ajudá-los a lidar e entender as questões que vão aparecendo, fruto das relações estabelecidas com a sociedade.

Logo, destaca-se a importância de atingir uma visão geral para avaliar as condições ambientais de acessibilidade, assim como, entende-se, ser fundamental a importância do conhecimento sobre as diferentes necessidades humanas e suas capacidades funcionais para que se encontrem soluções que possam atender a acessibilidade.

Portanto, observou-se com a realização da pesquisa que o tema é inesgotável, neste sentido sugeriu-se que se realize pesquisas a respeito acessibilidade do ponto de vista dos alunos e professores, ou seja, averiguar quais as dificuldades encontradas por estes no processo de inclusão, e quais as necessidades específicas de cada deficiência.

REFERÊNCIAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas técnicas. NBR 9050 – **Acessibilidade de pessoas Portadoras de Deficiência a Edificações, Espaços, mobiliário e Equipamentos Urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.
- AMIRALIAN, M. L.T. *et al.* Conceituando deficiência. **Revista Saúde Pública**. 34 (1): 97-103, 2000. Disponível em: <http://www.fsp.usp.br/rsp>. Acesso em: 7 de set. de 2012.
- APPOLINARIO, F. **Metodologia da ciência: filosofia e pratica da pesquisa**. São Paulo: Thomson, 2006. 209p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENVEGNÚ, E. M. **Acessibilidade espacial requisito para uma escola inclusiva: Estudo de caso – Escolas Municipais de Florianópolis**. Florianópolis, out. de 2009. 188p. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PARQ0107-D.pdf>. Acesso em: 15 abr 2012.
- BERSCH, R. C.; PELOSI, M. B. **Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamento e material pedagógico para a educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: tecnologia assistiva: recursos de acessibilidade ao computador**. Brasília: MEC: SEESP, 2007. 66p.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- _____. **Decreto Nº 3.956**, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001. Disponível em: <http://www.usp.br/drh/novo/legislacao/dou2001/df3956.html>. Acesso em: 10 jun. 2012.
- _____. **Decreto Federal nº 5.296** de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de direitos humanos. **Portaria nº 2.344**, de 3 de novembro de 2010. Dispõe no uso de suas atribuições legais, faz publicar a Resolução nº 1, de 15 de outubro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE, que altera dispositivos da Resolução nº 35, de 6 de julho de 2005, que dispõe sobre seu Regimento Interno. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2012.
- _____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº9. 394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 8 de mar. de 2012.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em: 9 maio 2012.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Secretaria de educação especial.** MEC; SEESP, 2001. 79p.

_____. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino.** Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs). 2 ed. rev. em atualiza. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004. 59p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o Atendimento Educacional Especializado.** Brasília: MEC/SEESP, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Direito à Educação: Subsídios para a Gestão dos Sistemas Educacionais.** 2. ed. Brasília: MEC, 2006b. 343p.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº9,** de 24 de abril de 2007a. Brasília: FNDE, 2007. Dispõe sobre os processos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas referente ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_n09_pdde_medida_17.pdf . Acesso em: 18 mar 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Portaria Ministerial nº555,** de 5 de junho de 2007b. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2012.

BRUNO, M. M. G. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação sinalização:** deficiência visual. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006, 81p.

CAMPELLO, Bernadete. *et al.* **A biblioteca Escolar:** temas para uma prática pedagógica. 2.ed.Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 62.

CONADE. **Acessibilidade.** Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade-0>. Acesso em: 4 abr. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Projeto mobilizador: biblioteca escolar construção de uma rede de informação para o ensino público.** Brasília, 2008. Disponível em: http://www.crb8.org.br/UserFiles/File/Sistema%20CFB_CRB%20Projeto%20Mobilizador.pdf > Acesso em: 10 out 2012.

DZIEKANIAK, Cibele Vasconcelos. **Projeto do Curso de Biblioteconomia da FAPAS.** Santa Maria, 2007.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **Manifesto da Biblioteca Escolar.** Disponível em: http://www.ofaj.com.br/textos_conteudo.php?cod=19 >. Acesso em: 17 mar. 2012.

GRAÇA, E. M. C. S. **Biblioteca Escolar e Área de Projecto.** Braga, 2005. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3497/3/DISSERTA%C3%87%C3%83O-MESTRADO-ESMERALDA-GRA%C3%87A.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2012.

GUIMARÃES, L. B. **Materiais pedagógicos como instrumentos possibilitadores da inclusão de deficientes visuais no ensino de Modelos Atômicos.** 2011. Disponível em: http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/4059/1/2011_LoraineBorgesGuimaraes.pdf. Acesso em: 13 fev 2013.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2925p.

INCLUSÃO. **Revista da Educação Especial**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, n 03, dez. 2006.

INCLUSÃO. **Revista da Educação Especial**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, v 05, n 01, jan/jun. 2008.

INCLUSÃO. **Revista da Educação Especial**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, n 02, jul/out. 2008.

KUHLTHAU, C. C. **Como usar a biblioteca na escola**: um programa de atividades para o ensino fundamental. Tradução e adaptação de Bernadete Santos Campello et al. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 303 p.

MORO, E. L. S.; ESTABEL, L. B. O encantamento da leitura e a magia da biblioteca escolar. **Educação em Revista**. Porto Alegre, v. 7, n. 40, out. 2003.

SALGADO, D. M.; BECKER, P. O Bibliotecário no olhar do público escolar. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 3, n. 6, UFSC, Florianópolis, SC, set. 1998. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/18/5033>>. Acesso em: 19abr. de 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**: São Paulo, ano 5, n. 24, p. 6-9, jan./fev. 2002.

SILVA, Fabiano Couto Correa da. **Bibliotecários especialistas**: guia de especialidade e recursos informacionais. Brasília: Thesaurus, 264p.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decmontien>. Acesso em: 13 maio 2012.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: UNESCO, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

_____. **Declaração de Salamanca**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Escola de Ciência da Informação. Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar. **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento**: Parâmetros para bibliotecas escolares. 2010. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/UserFiles/File/projetos/MIOLO.pdf>. Acesso: 2 mar 2012.

APÊNDICE A - Tecnologias assistivas para pessoas com deficiência

TIPO	DEFICIÊNCIA	CONCEITO
Ampliadores de tela Exemplos: <i>LentePro e Magic</i>	VISUAL	Os <i>softwares</i> ampliadores de tela ou de caracteres aumentam o tamanho da fonte e das imagens na tela do computador
Editor de texto a partir de seleção de palavras pré-escritas e símbolos <i>Softwares IntelliTalk 3, Classroom Suite, e Comunique.</i>	VISUAL	possui retorno de voz durante a digitação, que pode ser configurado para falar após a digitação de cada letra, de cada palavra ou a cada frase
Editor de texto com símbolos <i>Software Escrevendo com Símbolos – ECS, que contém as simbologias PCS – Picture Communication Symbols e Rebus</i>	VISUAL	possui retorno auditivo e visual em símbolo gráfico, que aparece após a digitação de cada palavra
Editor de Texto <i>Software Speaking Dynamically Pro – SPD é um exemplo desse tipo de editor.</i>	AUDITIVA	é um editor de texto que possui predição de palavras, à medida que o usuário insere uma letra no texto, aparece uma lista numerada de palavras que iniciam com esta letra
Leitores de tela <i>Jaws, VirtualVision e DosVox</i>	VISUAL	é um programa que, interagindo com Sistema Operacional do computador, captura toda e qualquer informação apresentada na forma de texto e a transforma em uma resposta falada, utilizando um sintetizador de voz
Motrix		é um <i>software</i> de reconhecimento de voz que foi desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ.
Mouse controlado por acionadores <i>Mouse Mover.</i>	MOTORA	são constituídos por um contato elétrico que se mantém ligado ao ser pressionado, permite que o usuário controle todas as funções de mouse, a partir de vários acionadores, dispositivos diante do aluno, em área de fácil acesso, estes acionadores realizarão o deslocamento do cursor e ativarão as funções do mouse

Mouse estático de esfera	MOTORA	conhecido também como <i>TrackBall</i> , parece com um mouse de cabeça para baixo, a esfera, que fica embaixo do mouse convencional, no <i>TrackBall</i> fica na parte superior de seu corpo, permitindo que a movimentação do cursor seja feita pelo movimento dos dedos do usuário diretamente sobre a esfera
Mouse roletes	MOTORA	apresentam numa base plana, dois roletes, sendo um horizontal e outro vertical, que executam o controle dos movimentos direcionais do cursor, possui ainda, teclas para clique, duplo-clique e chave tipo liga/desliga para a função de arrastar do mouse
Órteses para digitação	MOTORA	são equipamentos colocados nas mãos, braços ou pernas dos usuários com objetivo de obter melhor posicionamento e facilitar a função do membro
Programas de voz OCR- Optical Character Recognition (Reconhecimento de caracteres Ópticos) <i>Software Kurzweil e Open Book</i>	VISUAL	acesso falado de conteúdos digitais ou impressos
Teclado Colméia	MOTORA	é uma placa confeccionada de papelão, metal ou acrílico transparente, onde são feitos furos coincidentes às teclas
Teclado comunique	MOTORA	auxilia a escrita de pessoas com dificuldades motoras, suas teclas reproduzem as teclas do teclado com recursos auxiliares
Teclado programável	MOTORA	apresenta uma superfície programável onde se pode definir o layout de trabalho do teclado e também ajustar sua sensibilidade ao toque
Tela sensível ao toque		é uma tela colocada em frente do monitor ou integrada a ele, posiciona o cursor e ativa o clique em qualquer ponto da tela do computador, com um simples toque de dedo ou caneta especial

APÊNDICE B - Formulário averiguar a acessibilidade em biblioteca



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO (ICHI)
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

ESTE FORMULÁRIO TEM COMO OBJETIVO AVERIGUAR SE AS BIBLIOTECAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO REGULAR DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE SÃO ACESSÍVEIS AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

MEDIDA DA BIBLIOTECA:

ACESSOS E CIRCULAÇÃO	SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
Corredores entre as estantes 0,90 m			
Espaço para rotação de 90° ou 180° para cadeirante (1,20 m x 1,50 m)			
Superfície do piso			
Rampas (inclinação)			
Portas (TAM)			
MOBILIÁRIO	SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
Mesas com altura (0,73 m do piso)			
Plano Inclinado – Estante para Leitura			
Mesa redonda			
Superfície do balcão (alt. de no máximo 0,90m do piso)			
SINALIZAÇÃO	SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
Visual			
Tátil			
Sonora			
TECNOLOGIAS ASSISTIVA (TA)	SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
Microcomputador com gravador de CD, leitor de DVD			
Monitor de 32 LCD			
Fones de ouvido e Microfones			
Teclado com colméia			

Mouse com entrada para acionador			
Conjunto de lupas manuais (aumento 3x, 4x e 6x)			
Recursos audiovisuais			
Máquina Braille			
Programas de computador leitores de tela			
Impressora Braille			
Tipo de régua para escrever em braile			
COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA (CAA)	SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
Cartões de comunicação			
Pranchas de comunicação			
Símbolos de Comunicação Pictórica (PCS) – Software			
MATERIAIS PEDAGÓGICOS	SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
Jogo interativo			
Jogo tátil			
Jogo de memória			
Dedoche			
Fantoches			
Brinquedo de encaixe			
Blocos de madeira			
Blocos lógicos			
Material dourado			
Alfabeto móvel			
Quebra – cabeça			
Tapete de alfabeto de encaixe			
Dominó de associação de idéias			
Calculadora sonora			

APÊNDICE C – Roteiro para entrevista com diretora



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO (ICHI)
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

ESTE INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS TEM COMO OBJETIVO AVERIGUAR SE AS BIBLIOTECAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO REGULAR DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE SÃO ACESSÍVEIS AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

Instituição de ensino: _____

Número de alunos matriculados: _____

Número de alunos com deficiência matriculados: _____

Tipos de deficiências que os alunos possuem: _____

DIRETOR (A)

Nome: _____

1) Os alunos com deficiência estudam em classes especiais ou regulares? _____

2) Existem programas de apoio ou orientação aos docentes e funcionários da escola em relação ao trato com os alunos com deficiência matriculados? Quais? _____

3) Existem programas de apoio ou orientação aos pais? _____

- 4) A escola tem sido orientada a receber alunos com algum tipo de deficiência? _____

- 5) Você tem recebido alguma orientação e/ou apoio dos órgãos superiores? Quais? De quem? _____

- 6) Quais as dificuldades que você observa para realizar a inclusão desses alunos? Quais as medidas seriam necessárias para melhorar?

APÊNDICE D – Roteiro para entrevista com a bibliotecária ou responsável pela biblioteca



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO (ICHI)
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

ESTE INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS TEM COMO OBJETIVO AVERIGUAR SE AS BIBLIOTECAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO REGULAR DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE SÃO ACESSÍVEIS AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

Instituição de ensino: _____

BIBLIOTECÁRIA OU RESPONSÁVEL PELA BIBLIOTECA

Nome: _____

Formação: _____

1) Os alunos com deficiência costumam utilizar a biblioteca? Com qual frequência?

2) Existem atividades na biblioteca voltadas aos alunos com deficiência? Quais?

3) Você tem recebido alguma orientação e/ou apoio para essas atividades? Qual? De quem? _____

- 4) O acervo possui livros que atendem as necessidades dos alunos com deficiência? (Braille, ampliados, falados ou digitalizados)

- 5) Quais as dificuldades que você observa para realizar a inclusão desses alunos na biblioteca? Como podemos melhoras? _____

- 6) Outras observações: _____

ANEXO 1 – MAPA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE



FONTE: Site da Prefeitura Municipal do Rio Grande

Disponível em: <http://www.riogrande.rs.gov.br/internet/downloads.php?acao=V&id=39>

LEGENDA	
AC	ÁREA CENTRAL
AF	ÁREA FUNCIONAL
COR	CORREDOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS
POLO	POLO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS
UF	UNIDADE FUNCIONAL
UI	UNIDADE INDUSTRIAL
UM	UNIDADE MISTA
UR	UNIDADE RESIDENCIAL
AFI	ÁREA DE INTERESSE AMBIENTAL
AUOR	ÁREA URBANA DE OCUPAÇÃO RAREFEITA